

28/03/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[De onde não se espera nada...](#)

[Despertar o aluno para ler o mundo](#)

[Ministério sem rumo](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Guedes é a última barreira à anestesia do bolsonarismo](#)

[Governo parece derreter e Bolsonaro joga carvão na fornalha](#)

[Dia para esquecer](#)

[Desgaste de Vélz aumenta após entrevista de Bolsonaro](#)

[Ministro da Educação é do bem, mas é limitado, diz ex-presidente do Inep](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O MEC preocupa](#)

[Dia de explicações](#)

[Apesar de pressões internas e pedidos de renúncia, Vélz diz que fica no cargo](#)

O GLOBO - RJ

[Erro em educação custa caro demais](#)

[Protesto faz presidente cancelar visita à universidade](#)

[O abacaxi do ministro](#)

[Na esteira da crise, coordenador do Enem pede demissão](#)

[Funcionários do Inep temem atrasos no Saeb](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Na Câmara, Vélz tenta explicar demissões no MEC](#)

[Um desabafo pelas crianças do país](#)

[Escolas de negócios precisam dar ensino para a vida toda](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[Ministro da Educação diz que cargo é um "abacaxi"](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Ministro da Educação é do bem, mas é limitado, diz ex-presidente do Inep](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[MEC afirma que 'não há nenhum fato concreto' em Lava Jato da Educação](#)

G1

[Educação inovadora é a aposta do CESVA/FAA, que obtêm bons resultados](#)

METRÓPOLES

[Coordenador do Enem decide sair após chefe ser exonerado por Vélz](#)

PORTAL ISTOÉ

[Vélz diz que o cargo 'é um abacaxi' mas nega saída do ministério](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro nega que Vélz, do MEC, tenha sido demitido](#)

Agências de notícias e sites

ABIPTI

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

CREA - MG

[UFSJ participa de reunião no Crea-MG](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

CLIPPING



[Cearense é selecionada para evento em Harvard após concorrer com mais de 500 estudantes](#)

DOURADOS AGORA

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

G1

[MEC tem mais de 10 demissões no alto escalão em 3 meses da gestão Vélez](#)

O DIA MAIS

[Ministério da Economia vai cortar R\\$ 30 bilhões dos demais setores](#)

PAINEL NOTÍCIAS - AL

[Mestrado Profissional em Saúde da Família inicia atividades](#)

RORAIMA EM FOCO

[PIBID: INSCRIÇÕES SÃO PRORROGADAS ATÉ ESTA SEXTA-FEIRA](#)

SUL21

[Simpósio internacional debate relação entre mortandade de abelhas e agrotóxicos](#)

UEM

[Letramento científico é tema de roda de conversa](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação menciona Pablo Escobar para defender modelo cívico-militar nas escolas](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[Vélez diz que presidente do Inep foi demitido porque puxou tapete](#)

CORREIO WEB

[Universidade pública precisa de responsabilidade fiscal, diz Vélez](#)

[MEC fica à deriva após seis recuos e 15 exonerações](#)

G1

[MP aponta alto número de crianças fora de escolas em Boa Vista e recomenda regularização](#)

PORTAL VEJA

[Bancada evangélica não deve negociar cargos, diz novo presidente do grupo](#)
[Vélez Rodriguez diz que não tem intenção de deixar Ministério da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC fica à deriva após seis recuos e 15 exonerações; general deve ir para o Inep](#)
Imprensa Estadual

O POPULAR - GO

[Após polêmica, MEC recua e vai avaliar alfabetização](#)

A NOTÍCIA - SC

[Investimentos em educação cairão sem a vinculação](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[MEC revoga portaria do Inep](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Polêmica traz mais consequências](#)

METRO-DF

[MEC recua sobre avaliação infantil](#)

O POVO - CE

[Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização](#)

O TEMPO - MG

[Após crítica, MEC anula decisão de não avaliar alfabetização](#)

[Um novo profissional](#)

Agências de notícias e sites

A UNIÃO - PB

CLIPPING



[Governo lança editais e assina acordos e termos para a UEPB](#)

O SUL - RS

[A Uergs abre inscrições para o seu novo mestrado profissional nas áreas de Engenharia, Ciências, Tecnologia e Matemática](#)

VISÃO

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika](#)

AGÊNCIA BRASIL

[CNE diz que não tem competência para fixar valores de custo por aluno](#)

[Presidente do Inep é exonerado](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Presidente do Inep é exonerado após suspensão de avaliação ser revogada](#)

[Vaivém do MEC indica falta de projeto para a educação](#)

[Entenda os 85 dias de crise de Vélez no ministério da Educação em gráfico](#)

AGÊNCIA GLOBO

[O ministro é gerencialmente incompetente, diz ex-dirigente do Inep sobre Vélez](#)

[Rodríguez](#)

AGÊNCIA VALOR

[Consed : "MEC não tem comando nem política para educação"](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Chamado de "incompetente" por ex-auxiliar, ministro da Educação é ouvido na Câmara.](#)

[Veja ao vivo](#)

CORREIO WEB

[Militar deve ser o novo presidente do Inep](#)

[Guias de alfabetização de crianças indígenas são lançados na Argentina](#)

[Após atrito com Vélez, presidente do Inep é exonerado do cargo](#)

G1

[MEC volta atrás em decisão de adiar avaliação da alfabetização](#)

[Após ser demitido, ex-presidente do Inep diz que não há comunicação dentro do MEC](#)

METRÓPOLES

[Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica](#)

PORTAL EXAME

[Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica](#)

[General deve assumir presidência do Inep](#)

PORTAL ISTOÉ

[Militar deve ser o novo presidente do Inep](#)

PORTAL VEJA

[Ex-aluno de Vélez Rodríguez assume a Secretaria de Educação Básica do MEC](#)

R7

[Vélez Rodríguez demite presidente do Inep](#)

[Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica](#)

[Estudantes podem se inscrever para bolsas remanescentes do ProUni](#)

SÓ NOTÍCIA BOA

[Vacina contra febre amarela pode combater zika, descobrem brasileiros](#)

TERRA

[Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica](#)

[Cursos online podem ser o futuro da educação?](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[CNE diz que não tem competência para fixar valores de custo por aluno](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

De onde não se espera nada...

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, saiu da audiência na Câmara, ontem, com aliados de Jair Bolsonaro considerando que ele colocou um pé fora do governo. Ninguém engoliu o fato de ele usar Pablo Escobar como exemplo de promoção de educação na Colômbia.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Despertar o aluno para ler o mundo

Nesses tempos politicamente conturbados que o país vai atravessando, um fato merece a atenção, a dedicação e o zelo de todos brasileiros: a única maneira de salvaguardar nossa sociedade e nossa democracia é pela via da educação. Não existe outra alternativa. Não só no Brasil, mas em qualquer outra parte do planeta. Disso as nações mais desenvolvidas sabem muito bem e há tempos vêm fazendo a lição de casa, preparando, adequadamente, as próximas gerações para os desafios do futuro.

Infelizmente, o Brasil ainda não atinou para essa realidade nem se interessou em investir. A crise persistente no Ministério da Educação fala por si. A chamada Escola sem Partido, também. Nesse sentido, é preciso observar que, absolutamente, nenhuma ideologia política serve aos reais propósitos da educação, principalmente de uma boa educação, muito embora se saiba que o ato de educar seja uma manifestação política, que busca a capacitação plena para o exercício da cidadania

É bom que a sociedade fique atenta e desconfie das manifestações que têm surgido em várias partes do país, principalmente nas redes sociais, visando fazer da metodologia construída pelo educador pernambucano Paulo Freire uma espécie de bode expiatório, culpando seu método pelo atraso verificado na educação brasileira. Antes de tudo, é preciso considerar que o chamado método Paulo Freire, segundo seu amigo e pesquisador José Eustáquio Romão, fundador também do Instituto que leva o nome desse famoso pedagogo, jamais foi aplicado e plenamente desenvolvido na educação brasileira.

Quando muito, José Romão afirma, tem servido como frase de efeito, título de biblioteca ou nome de salão. A perseguição a Paulo Freire e ao seu método de alfabetização se insere no mesmo e insano movimento de caça às bruxas promovido contra educadores, professores, pesquisadores e cientistas logo após o março de 1964.

O valor pedagógico da obra de Paulo Freire vai muito além dessas querelas internas momentâneas. Freire é ainda, depois de quase meio século, da publicação de suas obras, o autor mais citado e respeitado em todo o mundo quando o assunto é educação. Países, como Finlândia, Estados Unidos, França, Inglaterra, África do Sul, Coreia do Sul e muitos outros, empregam e citam com regularidade os métodos de educação e a obra desse pedagogo brasileiro. De fato, Paulo Freire, por sua inteligência e pelo caráter revolucionário de sua obra, tem sido um autor pouco compreendido em seu país, o que prova o dito que ninguém é profeta na própria terra.

Acusado injustamente pela direita política de pregar o marxismo, Paulo Freire foi também usado inadequadamente pela esquerda brasileira para alcançar seus propósitos

políticos, enquanto o alcance e significado de sua obra e de suas ideias permanecem ainda totalmente desconhecidas por um e por outro desses matizes ideológicos. Nem um lado nem outro desse mundo bipolar político e obtuso compreendeu, até hoje o significado do que queria Paulo Freire, quando dizia que seu objetivo era despertar o aluno para ler o mundo, de forma a despertar a consciência de quem ele é e seu papel no meio onde ele vive, tornando-os protagonistas de suas vidas e de sua história. Fato é que a pedagogia desenvolvida por Paulo Freire parece existir apenas para quem pensa e pratica educação no dia a dia, justamente pelo caráter prático dessa metodologia que vai buscar no mundo de cada aluno o conhecimento que vai integrá-lo ao mundo, o que permite a ele uma crítica da realidade à sua volta.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Ministério sem rumo

Com 16 exonerações em 86 dias de governo e com o ministro sob ameaça de demissão, MEC amarga uma crise que trava projetos na área. Bolsonaro tenta justificar trapalhadas de subordinados
EDUCAÇÃO

A crise no Ministério da Educação não dá sinais de que terminará em breve. Ontem, subiu para 16 o número de exonerações nestes primeiros 86 dias de gestão: o diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo César Teixeira, pediu para sair. O setor onde ele trabalhava é responsável pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com a série de demissões e o ministro Ricardo Vélez Rodríguez sob constante ameaça de perder o cargo, a pasta travou projetos da área para o país, entre os quais, o Plano Nacional de Educação (PNE).

Ontem, em audiência pública na Câmara dos Deputados, Vélez Rodríguez atribuiu a demissão, na terça-feira, do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, a uma “puxada de tapete” do subordinado, que decidiu adiar, deste ano para 2021, a avaliação de crianças em fase de alfabetização.

Vélez cancelou a portaria. Ele argumentou que a medida precisava ser mais debatida pela equipe, mas o estrago estava feito — no mesmo dia do anúncio do adiamento, a secretária de Educação Básica do MEC, Tania Leme de Almeida, pediu demissão, porque não tinha sido consultada sobre a medida.

Nem mesmo o presidente Jair Bolsonaro escapou de dar justificativas sobre as trapalhadas no MEC. Em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, transmitida na Band, o chefe do Executivo federal admitiu que há problemas no ministério. “Temos de resolver a questão. Vamos ter mais uma conversa com o atual ministro e vamos ter de decidir a questão da educação, porque, realmente, não estão dando certo as coisas lá”, afirmou.

Bolsonaro ressaltou que a pasta é uma das mais importantes. “O que a gente quer é que a garotada no ensino fundamental aprenda física, química, matemática e biologia”, destacou. “Agora, tem de ter poder de comando e indicar pessoas corretas para que isso chegue ao final da linha. É um ministério dos mais aparelhados que tem. É dificuldade para tudo que é lado”, frisou.

Resistência

O professor de ciência política da UnB David Fleischer criticou a atuação do ministro da Educação. Segundo ele, existe uma briga entre os seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru de Bolsonaro, e os outros profissionais da pasta. “Os funcionários mais competentes estão resistindo a esses ‘olavetes’”, alfinetou. Olavo de Carvalho indicou Vélez para o MEC. Na opinião do cientista político, a solução prática é mudar o comando da pasta. “Acho que a confusão não acaba até que o ministro saia.”

Especialista em política e gestão da educação pela UnB e ex-integrante do Conselho Nacional da Educação, Erasto Fortes Mendonça afirmou que a crise trará consequências educacionais. “Nunca tivemos uma indicação tão desastrosa para o MEC. O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência até 2024, está sendo absolutamente desconsiderado”, ressaltou. “O desastre na aprendizagem ocorrerá mais adiante. O MEC tem o dever e a competência de fazer políticas educacionais.”

O cientista político Aninho Irachande avaliou que a crise no MEC está relacionada com a forma de constituição do governo. Para ele, Vélez não foi escolhido por competência, mas, sim, para agradar um grupo político que tem influência no Executivo. Na análise dele, os acontecimentos no ministério são um reflexo da falta de conhecimento do atual dirigente da pasta sobre o funcionamento dos cargos e dos órgãos públicos. Procurado, o MEC não respondeu aos questionamentos da reportagem.

* Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Os exonerados

Funcionário cargo

Rodrigo Morais assessor

Ayrton Rippel chefe de gabinete

Ricardo Roquetti diretor de programa

Eduardo Melo adjunto da Secretaria Executiva

Claudio Titericz adjunto da Secretaria Executiva

Tiago Tondinelli chefe de gabinete

Tiago Levi Diniz Lima diretor da Fundação Joaquim Nabuco

Silvio Grimaldo assessor

Luiz Antonio Tozi secretário executivo do MEC

Robson Santos da Silva assessor

Daniel Emer assessor

Osmar Bernardo Junior assessor

Iolene Lima secretária executiva do MEC

Tânia Almeida secretária de Educação Básica

Marcus Vinicius Rodrigues presidente do Inep

Paulo César Teixeira diretor de Avaliação da Educação Básica

topo 

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Guedes é a última barreira à anestesia do bolsonarismo

Em meio à disputa de poder, superministro defenderá a reforma da Previdência?

Como cobrir o governo Bolsonaro? As mudanças se sucedem com tal velocidade que agora vale o contrário de horas atrás, e a discussão desaparece como espuma. A ponderação sobre correto ou incorreto perde sentido por si. O nada sobrepõe.

A Educação é o exemplo mais bem acabado. Por que debater as políticas do ministério? Tudo o que é do MEC desmancha no ar. Lembrar o nome do ministro já configura exercício de memória. É Vélez Rodríguez, aquele que ocupou o lugar que numa tarde de novembro foi de Mozart Ramos —hoje tudo isso seria só rodapé de confusão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2019/03/guedes-e-a-ultima-barreira-a-anestesia-do-bolsonarismo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Governo parece derreter e Bolsonaro joga carvão na fornalha

Audiências de ministros no Congresso exibem gestão vazia e sem rumo

Sete ministros de Jair Bolsonaro apareceram no Congresso para apresentar seus planos para o país. Se o objetivo era mostrar que o governo está trabalhando apesar das trapalhadas, seria melhor que alguns tivessem ficado em seus gabinetes. Somadas, as dezenas de horas de audiências reforçaram a imagem de uma gestão vazia e sem rumo.

A Câmara recebeu um ministro que já caiu, mas não percebeu. Ricardo Vélez (Educação) passou mais de cinco horas diante dos deputados e não conseguiu detalhar o planejamento estratégico da pasta e as metas para o setor. “O papel do ministro não é saber de cor e salteado as estatísticas”, argumentou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/03/governo-parece-derreter-e-bolsonaro-joga-carvao-na-fornalha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Dia para esquecer

Os registros infelizes das passagens dos ministros Ricardo Vélez (Educação) e Ernesto Araújo (Itamaraty) pela Câmara não ajudaram a arrefecer o clima. O primeiro foi chamado de despreparado e chegou a enaltecer o megatraficante Pablo Escobar. O segundo disse que não houve golpe em 1964.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/28/equipe-de-guedes-fica-apreensiva-com-aviso-publico-de-que-sem-respaldo-ele-deixa-o-posto/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Desgaste de Vélez aumenta após entrevista de Bolsonaro

Ministro da Educação é mal avaliado em participação em comissão da Câmara Brasília

O processo de desgaste de Ricardo Vélez Rodríguez à frente do Ministério da Educação ganhou força nesta quarta-feira (27) após o presidente Jair Bolsonaro admitir que as coisas “não estão dando certo” no MEC.

“Temos que resolver a questão da educação. Realmente não estão dando certo as coisas lá, é um ministério muito importante. Na minha volta da viagem de Israel eu vou conversar com o Véléz”, afirmou o presidente em entrevista à TV Bandeirantes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/desgaste-de-velez-aumenta-apos-entrevista-de-bolsonaro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministro da Educação é do bem, mas é limitado, diz ex-presidente do Inep Véléz havia dito que Rodrigues saiu porque puxou tapete dele; diretor do Inep pede demissão

Brasília

No meio de uma disputa interna que já rendeu 16 demissões no MEC (Ministério da Educação), a saída de Marcus Vinicius Rodrigues da presidência do Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais) é a primeira com o caráter de punição.

Rodrigues, porém, diz que a decisão de suspender a avaliação de alfabetização, fato que valeu seu desligamento na terça-feira (26), não veio dele, mas do próprio ministério.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/quem-puxa-o-tapete-e-o-ministro-com-sua-limitacao-diz-ex-presidente-do-inep.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O MEC preocupa

O modo como o governo Bolsonaro vem conduzindo o Ministério da Educação (MEC) é escandaloso. Assunto de importância fundamental para o País, a educação se vê envolta em improvisos, polêmicas e embates ideológicos, com um sem-número de idas e vindas, evidenciando falta de rumo, amadorismo e irresponsabilidade. O tema já seria grave em outro Ministério de menor relevância. Sendo no MEC, a atual desorientação é um verdadeiro desastre para o presente e o futuro do País.

Conforme mostrou reportagem do Estado, desde o início do governo Bolsonaro, já houve 15 exonerações, várias medidas polêmicas e seis importantes recuos no MEC. É muita mudança num Ministério que exige especial estabilidade e cuidado. É o segundo maior orçamento do governo federal, com cerca de R\$ 115 bilhões em 2019. Tem inúmeras frentes, desde a educação infantil até a educação superior. Seu trabalho se desenvolve em constante parceria com Estados e municípios. Certamente, não é área para amadorismo. “Faz três meses que não temos uma clara orientação sobre qual é a política nacional”, afirma Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária executiva nos governos de FHC e de Michel Temer.

No começo de janeiro, sem maiores explicações, o MEC anunciou que mudaria os critérios de avaliação de livros didáticos. Houve pronta reação contra a medida e o governo teve de recuar. Eram fortes as evidências da tentativa de interferência ideológica em seara eminentemente técnica.

No mês seguinte, houve a polêmica envolvendo o Hino Nacional nas escolas. O MEC

enviou mensagem aos diretores da rede de ensino pública e particular pedindo que filmassem os alunos cantando o Hino. Para piorar, a mensagem trazia estampado o bordão do candidato do PSL na campanha eleitoral – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Como é natural, houve também imediata reação contrária. Num primeiro momento, o MEC desculpou-se pela inclusão do slogan partidário na mensagem. Depois, a pasta também recuou a respeito do pedido de filmagem, tendo em vista as implicações legais de filmar menores de idade. O improviso da medida ficou patente.

Outro ponto que gera perplexidade é o modo como o Palácio do Planalto trata o titular da pasta, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Continuamente, a autoridade do ministro é afrontada. Vélez Rodríguez já anunciou dois nomes para ocupar a secretaria executiva do MEC, Rubens Barreto da Silva e Iolene Lima, e nas duas ocasiões o ministro foi desautorizado pelo Planalto.

Na segunda-feira passada, sem que o ministro Vélez Rodríguez soubesse, foi anunciado o fim da avaliação das crianças em fase de alfabetização no País. A decisão tinha sido tomada pelo presidente do Inep. Ao tomar conhecimento da medida, a secretária da Educação Básica, Tania Almeida, pediu demissão. No dia seguinte, o ministro manteve a avaliação da alfabetização e demitiu o presidente do Inep.

Até o momento, ações de alocação automática de recursos, como a entrega de livros e merenda às escolas, vêm ocorrendo. No entanto, o andamento de todo o restante é uma incógnita. Não se sabe, por exemplo, como ficarão as verbas relativas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou à reforma do ensino médio. A implantação da BNCC deveria ser uma das prioridades do MEC, avalia Claudia Costin, diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da FGV. “A BNCC precisa ser traduzida em currículos estaduais e municipais”, lembra Claudia Costin.

É urgente enfrentar os gargalos e os problemas da educação nacional. Por exemplo, há muito a ser feito na melhoria da formação dos professores. Aprovada no governo de Michel Temer, a reforma do ensino médio precisa ser implantada. Os números de evasão escolar nesta fase do ensino são preocupantes. O Brasil também precisa avançar na alfabetização de suas crianças. Muito tempo e muitas oportunidades foram perdidos na área educacional nos anos em que o PT esteve no governo federal. Naquele período, as ações do MEC tiveram claro viés eleitoral. Só faltava que, derrotado o PT nas urnas, o País continuasse errando deliberadamente na educação por questões ideológicas, desorganização e amadorismo.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Dia de explicações

Participação de titulares da Esplanada em audiências na Câmara e no Senado é marcada por protestos, bate-boca e selfies

BRASÍLIA /

Sete dos 22 ministros do governo Jair Bolsonaro participaram ontem de audiências no Congresso para dar explicações sobre seus trabalhos à frente das respectivas pastas. Diante do clima hostil entre governo e parlamentares, enfrentaram protestos e perguntas mais ríspidas, mas também houve recepções amistosas, com direito a selfie.

Na primeira audiência do dia, um grupo de dez índios, liderados pela líder indígena Sônia Guajajara, que foi candidata a vice-presidente pelo PSOL, aguardava a chegada

do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Eles protestaram contra a municipalização da saúde indígena. O tumulto do início, porém, contrastou com o clima ameno no restante da sessão (mais informações na pág. A17).

O clima estava bem mais tenso na Comissão de Educação da Câmara. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que balança no cargo, foi bastante criticado, mesmo levando assessores, que a toda hora o auxiliavam. Deputados classificaram suas respostas como vagas (mais informações na pág. A16).

A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) cobrou dados do ministro por duas vezes e, diante de respostas que considerou evasivas, pediu que deixasse a pasta. “O senhor não tem respostas. O senhor vem aqui sem dados. É um desrespeito ao Brasil. O senhor não sabe o que está acontecendo.” Vélez rebateu. “Se a senhora não espera resposta, por que faz perguntas?”

O ministro mais aguardado do dia, no entanto, era o da Economia, Paulo Guedes, que, na véspera, havia cancelado sua participação em uma comissão da Câmara. Ele foi à tarde à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e admitiu que faltou no dia anterior para não “tomar tiros nas costas” do partido do governo, o PSL (mais informações na pág. B1).

“Fui aconselhado (a não ir), tem gente que cuida de mim. Me disseram que o meu partido ia atirar em mim, que a oposição ia atirar em mim e não teria nem relator. Parece que semana que vem não levarei tiro nas costas do meu partido, só pela frente (da oposição)”, afirmou.

Na comissão do Senado, porém, foi duramente questionado e, num dos momentos mais tensos, acusado de mandar a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) “calar a boca”, o que negou. Um pouco antes, ao responder a uma interpelação da senadora, disse: “A senhora terá o seu horário”, e não respondeu. Filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) foi ao seu auxílio defender a reforma da Previdência. “O avião está caindo.”

Outra audiência concorrida foi a do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que encontrou no Senado um ambiente mais favorável que na Câmara, onde chegou a trocar farpas com Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Casa. Houve até risadas quando o senador Jorginho Mello (PR-SC), em meio a elogios, perguntou como Moro estava se sentindo no governo. “O senhor nunca foi muito sorridente”, brincou.

O clima foi ameno também para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Ex-assessor parlamentar da Marinha, ele apresentou propostas com o microfone na mão, como um palestrante. No fim, tirou selfie com um vereador de Jacundá (PA), que acompanhava a audiência.

Sem pausas. Quem não teve trégua foi o chanceler Ernesto Araújo na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. A reunião foi a mais longa do dia – sete horas e intervalo de apenas dois minutos e 57 segundos, como frisou o presidente da comissão, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). O ministro precisava ir ao banheiro.

Com tantos ministros no Congresso, o do Meio Ambiente, Ricardo Salles, teve uma

audiência esvaziada na comissão da sua área no Senado. Parlamentares justificavam que precisavam se retirar para acompanhar as reuniões com Guedes ou Moro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Apesar de pressões internas e pedidos de renúncia, Vélez diz que fica no cargo Educação. Governistas constataam falta de um programa no MEC e formação de uma equipe de ‘pensadores’ que não entendem de administração. Após ser pressionado na Câmara, ministro alegou ter compromisso ‘com os brasileiros e seus representantes’

/ BRASÍLIA /

Diante de deputados que chegaram a pedir sua renúncia, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, afirmou ontem que ficará no posto, mesmo comparando o cargo com um “abacaxi do tamanho de um bonde”. Apesar de garantir a permanência, o Estado apurou que a situação de Vélez é considerada delicada. Cogita-se até sua troca pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que tem enfrentado problemas para fazer a articulação política do governo.

Na noite desta quarta, o presidente Jair Bolsonaro foi às redes sociais para dizer que o ministro não foi exonerado. Ao Estado, Onyx também rejeitou a possibilidade de queda de Vélez. Assessores que estavam com o ministro à noite informaram que ele se mostrava tranquilo, sobretudo depois de Bolsonaro ir ao Twitter garantir a ele sobrevida no cargo. Também no Twitter, o ministro escreveu que seu “compromisso é com os brasileiros e seus representantes”.

Nos bastidores, contudo, a avaliação de governistas é de que Vélez não tem programa e escalou para a equipe alguns “pensadores” que não entendem nada de administração. Militares no primeiro escalão do governo resolveram abandonar a tarefa de encontrar um substituto. Eles lavaram as mãos após a exoneração do presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, indicado do grupo militar com cadeira na Esplanada.

Ontem, em audiência na Câmara dos Deputados, Vélez dizia estar firme no posto. “Muitos pediram para eu sair, mas não vou sair. Porque estou gostando muito do cargo. É um passeio às ilhas gregas? Não. O cargo é um abacaxi do tamanho de um bonde. Mas topei o convite porque quero devolver ao meu País o que ele fez por mim”, disse, com voz embargada.

Foram mais de cinco horas de sessão, com uma interrupção que durou menos de dez minutos. Até o fim da reunião, a sala permaneceu lotada, com pessoas acompanhando de pé as declarações de Vélez, com muitos ataques e poucos elogios.

Desgastado no cargo e enfrentando uma crise que já dura três semanas, o ministro alternou momentos de nostalgia, quando falou das razões que o levaram a sair da Colômbia e vir morar no Brasil, com revide a ataques feitos por congressistas e emoção ao falar do cargo. Com dificuldade em encontrar algumas palavras em português, Vélez garantiu que sua equipe continua a trabalhar, embora 15 exonerações

tenham ocorrido nos últimos dias.

Crerios técnicos. O ministro atribuiu os desligamentos a critérios técnicos. Mas não poupou críicas a Marcus Vinícius Rodrigues. A relação entre ambos, que já era

conflituosa, chegou ao limite quando uma portaria do Inep que determinava a suspensão da alfabetização foi publicada. No dia seguinte, a medida foi retirada e a avaliação, mantida. “O presidente do Inep puxou o tapete, mudou de forma abrupta o entendimento

de fazer as avaliações”, justificou o ministro.

Para Vélez, a medida provocaria insegurança no setor. A proposta da suspensão partiu do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim – ligado ao grupo de Olavo de Carvalho, e mantido no grupo. Vélez argumentou que a portaria, embora tenha base em parecer técnico, deveria ter sido debatida. Para ele, as críticas do presidente exonerado do Inep, como a falta de diálogo na equipe, teriam sido provocadas por “ressentimento”.

No governo Bolsonaro o

MEC é um campo de batalha entre três grupos, que disputam poder. Militares, que estavam à frente de postos-chave (mas agora, sem o Inep, considerado um trunfo), o grupo de discípulos de Olavo de Carvalho e os chamados “técnicos”. Ao longo de dois meses, havia um certo equilíbrio entre as três alas. Com o episódio da carta enviada pelo ministro para sugerir a gravação do Hino Nacional em colégios, “técnicos” procuraram retirar integrantes dos “olavistas”. Houve o contra-ataque, que resultou em 15 demissões.

Ontem, teria se definido mais uma: segundo o site G1, Paulo César Teixeira, diretor de Avaliação da Educação Básica, responsável pela elaboração do Enem, pediu exoneração.

Enquanto as disputas internas estão a todo vapor, as políticas de educação patinam. Sem prestígio, o ministro tem dificuldades em recompor quadros.

A situação delicada ficou evidente na sessão da Câmara, com ataques sem freios de boa parte dos deputados.

Vélez chegou acompanhado de assessores e secretários. A tropa de assistentes, contudo, não foi suficiente para poupá-lo das críticas, sobretudo a suas afirmações vagas, à falta de dados e à falta de metas específicas para a gestão. O deputado federal Túlio Gadelha (PDTPE) afirmou que Vélez dava um péssimo exemplo para os alunos. “O senhor veio para a prova sem estudar. Apresentou uma lista de desejos”, disse. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) chegou a citar o regulamento da Câmara para evitar que o ministro repassasse a palavra para seus secretários. “Se o senhor não souber as respostas é só dizer”, completou. Mais tarde, Vélez retrucou, dizendo que não é obrigação de ministro saber de tudo “de cor e salteado.”

Renúncia. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) foi o primeiro a pedir sua renúncia. Em resposta, Vélez afirmou: “Não renuncio, não faz sentido. Só apresentaria minha renúncia ao presidente da República. Ou ele me demite...” O deputado do PSOL interrompeu a resposta do ministro e indagou: “Falta muito?” Parte dos presentes riu. Túlio Gadêlha (PDT-PE) disse desejar que Vélez permanecesse no cargo. “Em um governo que pretere Paulo Freire a Olavo de Carvalho, prefiro que o senhor não saia do MEC. Tenho medo de imaginar quem pode lhe suceder.”

A audiência não foi apenas com troca de farpas. Parlamentares afinados com o governo fizeram discursos em defesa de Véllez. Carla Zambelli (PSL-SP) até se desculpou pelos colegas. “Faltaram com a educação com o senhor e peço desculpas por isso.”

Entretanto, o ministro voltou a provocar reação negativa quando comparou o Brasil à Colômbia de 30 anos atrás, por causa da violência e das drogas. Em outro momento de lembrança ao país de origem, citou uma estratégia que supostamente seria adotada pelo traficante Pablo Escobar para afastar jovens de tráfico de drogas: biblioteca e quadras de esportes. A declaração foi dada quando defendia a implementação do modelo cívico-militar nas escolas públicas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

Erro em educação custa caro demais

Que o governo tem errado em muitas áreas não é novidade, mas ele não tem se dado conta da gravidade que é errar em educação. O ministério está parado. Não toma decisões e gasta todas as energias e as horas vivendo crises que ele mesmo cria, demitindo pessoas que acabou de nomear ou revogando-se a si mesmo. Esta é apenas mais uma semana perdida no MEC. Não há setor em que os erros e a paralisia são mais perigosos do que nessa área. Na educação não se perde um minuto e já perdemos um trimestre. O presidente Jair Bolsonaro escolheu o ministro de forma insensata.

O debate ontem na Câmara foi constrangedor, pelo que ele demonstrou não saber. O melhor momento foi o discurso da deputada Tábata Amaral (PDT-SP), em que ela resumiu o sentimento: — A sua incapacidade de apresentar uma proposta e saber dados básicos e fundamentais é um desrespeito não só à educação, não só ao Ministério, não só ao Parlamento, mas ao Brasil como um todo.

O Brasil teve alguns avanços importantes em educação nos últimos anos. Iniciou um processo de avaliação no governo Fernando Henrique. Isso nos deu a capacidade de quantificar e comparar atrasos e casos de êxito. Houve o envolvimento da sociedade civil, com a criação de organizações. Empresas criaram institutos que têm auxiliado gestores públicos. Jornais debatem o assunto em eventos com especialistas nacionais e internacionais.

A busca é a mesma: fazer um mutirão nacional para permitir a superação do atraso que mais ameaça o país e seu futuro. Há casos de sucesso que podem ser destacados para serem copiados. Já visitei escolas pelo Brasil e fiz reportagens mostrando alguns desses exemplos que são pérolas no nosso mar de derrotas, mas que nos animam a seguir em frente. Há esperança, há caminhos.

O Fundeb termina no ano que vem e até agora não recebeu qualquer atenção do MEC. O Fundo criado inicialmente como Fundef, no governo FH, ampliado para Fundeb ao incluir o ensino médio no governo Lula, responde por 60% dos gastos na educação do ensino médio. Tem recursos municipais, estaduais e federais, combate a desigualdade imensa das chances dos nossos estudantes. Se ele acabar, sem que haja um mecanismo de financiamento, haverá o colapso.

Até agora o MEC não conseguiu chegar a uma conclusão do que fazer a respeito da Base Nacional Comum Curricular. Ele se preocupa apenas com miudezas, em perseguir

peças ou ideias consideradas ameaças ao atual governo, mas o MEC nem consegue dizer do que se defende. Tudo em relação à reforma do Ensino Médio está parado. Foi extinto o comitê de avaliação de tecnologias inovadoras. Há rotinas que precisam ser tocadas e que estão paradas, até coisas simples como edital para compra de livro didático. Como se sabe, escola tem calendário. Quando ele pretende tomar decisões que permitam aos alunos terem livros nas mãos? Vários programas que fazem a articulação dos estados com o governo federal em ações conjuntas não funcionam. Reuniões não são realizadas, decisões não são tomadas, urgências são ignoradas, prazos são perdidos. Entre as poucas decisões está a carta do Hino Nacional, com a frase lema da campanha bolsonarista, que deveria ser lida, e depois os alunos seriam filmados cantando para se mandar para o MEC. Essa estultice foi abandonada diante das críticas. Outra foi o adiamento da avaliação da alfabetização. Durou algumas horas e foi revogada.

O ministro Vélz Rodriguez parece estar no mundo fantasioso de Alice. Nomeia, para depois sair gritando: “cortem as cabeças, cortem as cabeças.” E são as mesmas que ele escolheu por critérios insondáveis. O segundo presidente do Inep, que acaba de cair, a única coisa que fez em seu curto mandato foi dizer que todo o conteúdo da prova do Enem teria que passar pelo crivo de Bolsonaro. O primeiro, só entendeu o sistema de avaliação, depois que os funcionários desenharam.

O diálogo brasileiro sobre educação evoluiu e amadureceu. Ainda temos um desempenho muito ruim em qualquer comparação internacional, mas estávamos procurando a saída, tendo vitórias parciais, construindo possibilidades. O grupo que chegou não tem ideia de por onde passa o desafio da educação contemporânea. O governo Bolsonaro está errando mais justamente na área que não aceita erros nem retrocessos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Protesto faz presidente cancelar visita à universidade

BRASÍLIA E SÃO PAULO

O presidente Jair Bolsonaro cancelou uma visita ontem à Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, onde estudantes fizeram um protesto contra o governo. O presidente optou por ir ao Comando Militar do Sudeste, onde havia cerca de 15 apoiadores do governo do lado de fora. Segundo o Planalto, a mudança aconteceu para a "evitar possibilidade de confronto e até mesmo o uso da força"..

A mudança atendeu a um pedido do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que identificou o risco de manifestações que estariam sendo organizadas nas redes sociais. O Planalto informou que as Forças Armadas e a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo foram as responsáveis por identificar o risco e determinar a transferência do evento para o Comando Militar.

Na universidade, o presidente conheceria pesquisas do uso do grafeno, material mais resistente e mais fino do que o aço, citado por ele na campanha eleitoral e usado em projetos de nanotecnologia por conduzir calor e eletricidade com facilidade. O material foi levado à instalação militar.

Na porta da Mackenzie, alunos carregavam cartazes com críticas ao governo e gritavam palavras de ordem contra Bolsonaro e a ditadura. Também havia apoiadores do presidente. Não houve confronto.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

O abacaxi do ministro

Enfraquecido, Véz diz que fica, mas Bolsonaro reclama que MEC não está dando certo

BRASÍLIA - No dia em que o ministro da Educação, Ricardo Véz Rodríguez, afirmou que comandar a pasta é “um abacaxi do tamanho de um bonde” e mencionou o narcotraficante colombiano Pablo Escobar como exemplo de como afastar jovens das drogas, o presidente Jair Bolsonaro disse ser necessário “resolver os conflitos” no MEC, já que as coisas na pasta “não estão dando certo”.

Em entrevista ao programa “Brasil Urgente”, da Band, Bolsonaro criticou o “aparelhamento” do ministério e declarou que pretende ter uma conversa com Véz na próxima semana, depois que voltar de viagem a Israel.

— Realmente não tá dando certo lá (no ministério) — disse o presidente. Questionado sobre o que vai mal, respondeu: — O que agente quer no MEC? A gente quer que a garota no ensino fundamental aprenda. Agora, você tem que ter poder de comando, exercer autoridade, indicar pessoas corretas.

Em audiência ontem na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Véz afirmou que só deixa o cargo por ordem de Bolsonaro.

— Muitos pediram que eu me exonerasse. Bobagem, não vou sair. Estou gostando muito do cargo. É um passeio nas ilhas gregas? Não. É um abacaxi do tamanho de um bonde. Mas topei. Quero devolver ao meu país o que ele fez por mim.

A crise no Ministério da Educação se agravou nesta semana, após publicação de portaria assinada por Marcus Vinicius Rodrigues, então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revogando a avaliação da alfabetização das crianças brasileiras, que só voltaria em 2021.

Um dia depois, na terça-feira, o MEC anulou a decisão do Inep, e Marcus Vinicius foi demitido do cargo (leia mais abaixo). Na Câmara, ontem, Véz afirmou que o ex-presidente do Inep caiu porque “puxou o tapete”:

— O diretor-presidente do Inep puxou o tapete, ele mudou de forma abrupta o entendimento que já tinha sido feito para preservar a Base Nacional Curricular e fazer as avaliações de comum acordo com as secretarias de educação estaduais e municipais. Realmente, considere um ato grave, um ato em que não consultou o ministro. Se alicerçou em pareceres técnicos, mas não foi debatido no seio do MEC.

ESCOBAR COMO EXEMPLO

Ao GLOBO, o dirigente exonerado disse que “o ministro é gerencialmente incompetente” e que “não tem controle emocional” para comandar a educação brasileira.

Marcus Vinicius também disse que, em três meses de governo, não houve reuniões de trabalho com Véz, acentuando a falta de gestão entre os órgãos da área.

— Não é verdade que não tenham ocorrido reuniões das secretarias e das presidências do ministério ao longo destes três meses — defendeu-se Vélez.

Criticado pelos parlamentares membros da Comissão sobre a quantidade de demissões (mais de 14) feitas no ministério em tão pouco tempo de governo, Vélez afirmou que as trocas tinham sido “administrativas” e não “políticas”:

— As mudanças decorrem de exigências administrativas, mas as linhas mestras continuam —disse o ministro.

Ao ser indagado por parlamentares sobre dados do governo que justifiquem a expansão de colégios militares no país, promessa de campanha de Bolsonaro, Vélez foi evasivo, mas defendeu que a mudança afastaria traficantes de escolas.

O ministro, que é colombiano, comparou a atuação de traficantes com estratégias de recrutamento de seu conterrâneo Pablo Escobar (1949-1993), que controlava o tráfico de drogas na Colômbia na década 1980.

— A gestão cívico-militar afasta o traficante da escola. O traficante dá no pé, porque quer massa de manobra. Era o que fazia Pablo Escobar em Medellín. A mesma coisa. Escobar tinha campos de futebol para os jovens e uma pequenina biblioteca — afirmou o ministro.

— A ideia de Pablo era não consumir cocaína na Colômbia porque isso era produto de exportação. Então, o que ocorre nas nossas escolas cívico-militares? O traficante dá no pé. Só com esse fato já a violência diminui.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Na esteira da crise, coordenador do Enem pede demissão

BRASÍLIA - O economista e engenheiro Paulo César Teixeira, responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pediu demissão do cargo. Ele entregou ontem sua carta de exoneração.

É a segunda baixa no instituto em meio à crise que se arrasta no Ministério da Educação (MEC).

Teixeira afirmou ao GLOBO que tomou a decisão após o então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, ser demitido pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

Com a exoneração, está vaga a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep, uma das mais importantes áreas da autarquia, que tem o Enem entre suas atribuições.

A crise na Educação, até então concentrada no ministério, chegou ao Inep, uma autarquia vinculada à pasta que faz as avaliações de larga escala no Brasil, como o Enem, o Sistema de Avaliação da Educação Básica — com o qual se calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) — e exames de mensuração da qualidade do ensino superior.

Teixeira foi convidado por Marcus Vinicius para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep no lugar de Murilo Resende, seguidor do ideólogo de direita Olavo de Carvalho.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Funcionários do Inep temem atrasos no Saeb

Impasse sobre a análise da alfabetização impede que sejam feitas as licitações necessárias para a aplicação das provas

RIO E BRASÍLIA - Em meio à disputa de poder no Ministério da Educação (MEC), ao menos 14 pessoas já foram demitidas em decorrência da crise que emperra programas. Técnicos da pasta temem que o impasse sobre a análise da alfabetização, que desencadeou a tensão mais recente na área, acabe atrasando a aplicação das provas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que, se seguir o modelo das últimas edições, chega a 7 milhões de estudantes.

A indefinição impede a abertura de licitações para contratação de pessoal e de gráfica para imprimir os testes. A seleção dos serviços de entregados malotes de provas e de leitura ótica dos cartões de resposta também fica prejudicada.

A incerteza nas decisões da pasta tem gerado apreensão no Inep quanto à realização do Saeb. Com o impasse em relação à portaria, a equipe técnica não sabe qual será o universo analisado e como serão feitas as avaliações.

O governo de Michel Temer incluiu no Saeb 2019 a avaliação da alfabetização, além de prever o exame de todas as escolas de educação infantil. Já a portaria emitida pelo novo governo eliminava a primeira e modificava o modelo da segunda, reduzindo o número de escolas analisadas.

Ainda que a medida mais recente tenha sido derrubada pelo ministro, os técnicos não sabem se a estruturação prevista por Temer vai continuar ou se haverá novas mudanças.

— Sem a definição do universo da aplicação, ninguém sabe quanto vai ser gasto e não dá pra fazer a licitação. Enquanto isso, fica tudo parado. Estamos em março, e a aplicação é em outubro — disse ao GLOBO um funcionário do Inep.

A indefinição sobre o Saeb é apenas mais um elemento da falta de rumo do Ministério da Educação. A instabilidade da pasta começou a vir a público no início de março. Seis comissionados foram exonerados, após uma disputa interna de membros do MEC ligados aos militares e os de perfil mais técnico contra seguidores de Olavo de Carvalho com cargos na pasta.

Com o agravamento da crise no MEC, estados e municípios acenderam o alerta em relação à paralisia da pasta.

— Os secretários de educação estão em dúvida se vai ter Saeb neste ano. A marcação da realização da prova de dois em dois anos é importante para todo planejamento das secretarias municipais. É fruto da desarticulação dentro do MEC que acaba rebatendo no Inep — diz a presidente-executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Na Câmara, Vélez tenta explicar demissões no MEC

Ameaçado de perder o cargo, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi à Câmara dos Deputados ontem para tentar explicar as sucessivas demissões em cargos estratégicos que elevaram a crise no ministério. Vélez procurou se distanciar de seu padrinho político, o filósofo Olavo de Carvalho, e tratou a dança das cadeiras como um problema "administrativo", e não parte de uma cisão política interna. O discurso não evitou a enxurrada de críticas a sua "falta de comando", e o ministro teve de ser blindado por deputados do PSL.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6185699/na-camara-velez-tenta-explicar-demissoes-no-mec>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Um desabafo pelas crianças do país

A ruidosa disputa política no Ministério da Educação (MEC) e as erráticas ações do seu ministro nestes primeiros 90 dias têm consequências negativas para o país. Desde a posse do governo, já houve muitas substituições e exonerações no alto escalão do ministério, incluindo as trocas de secretário-executivo, segunda posição na hierarquia do órgão. Esse ambiente confuso prejudica a rotina do ministério, por exemplo, paralisando a elaboração de editais e dificultando a definição das políticas para o setor.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniaio/6185677/um-desabafo-pelas-criancas-do-pais>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Escolas de negócios precisam dar ensino para a vida toda

Boulding estará em São Paulo na semana que vem e conversou com o Valor por telefone. Uma certeza que o reitor da escola de negócios da Universidade de Duke tem é que as escolas devem se comprometer com o ensino dos seus alunos ao longo da vida. A Fuqua anunciou recentemente que todos os profissionais que passaram por seus programas de MBA poderão voltar às salas de aulas da escola para os cursos executivos de atualização sem ter que pagar a mais por isso, toda vez que sobraem vagas nas turmas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6185799/escolas-de-negocios-precisam-dar-ensino-para-vida-toda>

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Ministro da Educação diz que cargo é um "abacaxi"

Brasília – O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou, em audiência na Comissão de Educação da Câmara, que as mudanças no aparelho administrativo da sua pasta têm sido pautadas por critérios administrativos. Em três semanas, 15 exonerações foram realizadas. O ministro foi duramente criticado por parlamentares que consideraram as respostas vagas e pela falta de clareza na apresentação de programas da pasta. Em sua defesa, o ministro disse que não cabe a ele saber “de cor e salteado” números que envolvam sua pasta. “Muitos pediram para eu sair, mas não vou sair. Por

que é um passeio às ilhas gregas, não? O cargo é um abacaxi do tamanho de um bonde. Mas topei o convite porque quero devolver ao meu país o que ele fez por mim”, disse Vélez.

Em resposta ao deputado Ivan Valente (Psol-SP), que pediu sua renúncia durante audiência, Vélez afirmou: “Não renuncio, não faz sentido. Só apresentaria minha renúncia ao presidente da República. Ou ele me demite.” O deputado do Psol interrompeu a resposta do ministro e questionou: “Falta muito?”. Parte dos presentes riu.

Mais cedo, o ministro atribuiu a saída do presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, a uma reação à decisão de alterar unilateralmente medidas na área de educação básica. “Ele puxou o tapete. Mudou um acordo e não me consultou. Ele se alicerçou em pareceres técnicos que não foram debatidos”, disse.

O ministro estava acompanhado de vários assessores, entre eles o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco Nadalin. O secretário foi apontado por Rodrigues como um dos mentores da decisão, mais tarde suspensa, de adiar a avaliação de crianças em período de alfabetização. A exoneração foi assinada na terça-feira.

Em 10 minutos de discurso, o ministro provocou protestos da plateia, quando comparou o Brasil à Colômbia de 30 anos atrás. “O que a Colômbia passou há 30 anos está passando o Brasil agora”, disse o ministro, quando falou sobre a violência que estaria associada a drogas. “O Brasil está doente de uma doença chama crack, que está presente em 98% dos municípios”, acrescentou, pouco depois de falar sobre segurança nas escolas e citar o atentado na cidade paulista de Suzano na Escola Estadual Professor Raul Brasil.

Vélez disse ainda que as cotas para o ingresso nas universidades são necessárias, mas a política será temporária. “Eu defendo as universidades públicas. Elas são um patrimônio da nação e devem ser preservadas. Mas têm de ser geridas com responsabilidade fiscal e democratização da sala de aula.”

LAVA-JATO O MEC afirmou em resposta a um pedido feito por meio da Lei de Acesso à Informação que “até o momento não há nenhum fato concreto” sobre a chamada Lava-Jato da Educação. O pente-fino em eventuais casos de corrupção na pasta havia sido anunciado como uma prioridade do ministro Vélez Rodríguez há quase um mês e meio. A resposta ao pedido é pública e está disponível no site do governo. Ao anunciar a investigação, Vélez disse que a intenção era verificar atos das gestões anteriores que tivessem indícios de corrupção e desvios. Segundo ele, isso daria origem a uma Lava-Jato da Educação.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro da Educação é do bem, mas é limitado, diz ex-presidente do Inep Vélez havia dito que Rodrigues saiu porque puxou tapete dele; diretor do Inep pede demissão

No meio de uma disputa interna que já rendeu 16 demissões no MEC (Ministério da Educação), a saída de Marcus Vinicius Rodrigues da presidência do Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais) é a primeira com o caráter de punição.

Rodrigues, porém, diz que a decisão de suspender a avaliação de alfabetização, fato que valeu seu desligamento na terça-feira (26), não veio dele, mas do próprio ministério.

Ele critica a falta de projeto da pasta e o próprio ministro. Segundo ele, Vélez é limitado em gestão e educação. Na Câmara, Vélez disse nesta quarta (27) que Rodrigues foi demitido porque "puxou o tapete" dele. Segundo ele, a suspensão da prova teria sido feita sem seu consentimento.

Também nesta quarta, o diretor de Avaliação da Educação Básica do instituto, Paulo Cesar Teixeira, responsável pelo Saeb e Enem, pediu demissão em apoio a Rodrigues.

O cancelamento da prova de alfabetização consta em portaria publicada na segunda-feira (25) com as regras para o Saeb, avaliação federal usada para o cálculo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação). Toda a portaria foi tornada sem efeito na terça. Ligado aos militares, Rodrigues é professor da FGV. O general Francisco Mamede de Brito Filho deve assumir o cargo.

O ministro insistiu que o senhor não o avisou, eximiu o secretário de Alfabetização, e declarou que o senhor "puxou tapete" dele. Como o senhor encara essa situação?

O ministro tem o secretário de alfabetização [Carlos Nadalim], que além de ter participado de todas as reuniões, mandou um ofício. O ministro chegou a citar o ofício? Há três semanas a gente vem discutindo a portaria com várias reuniões no MEC. Essa decisão foi feita no MEC, não no Inep. O Inep avalia, mas quem decide o que eu vou mediar e avaliar é o MEC. Terça-feira passada [dia 19] a minuta da portaria ficou pronta e foi apresentada a mim. Eu senti falta da alfabetização e questionei porque o [o ex-secretário-executivo Luiz Antonio] Tozi falava muito sobre isso. A equipe questionou e ele [Nadalim] disse que era aquilo mesmo. Como sempre faço, pedi por escrito e o Nadalim fez o documento. Ele diz no documento que vai fazer a medição na alfabetização em outro momento. Dentro das obrigações do presidente do Inep, não preciso apresentar minhas portarias para o ministro. Eu não puxei o tapete de ninguém. Não tenho o perfil de puxar o tapete de ninguém. Quem está puxando o tapete é o próprio ministro diante da sua limitação em gestão.

O senhor entende que foi demitido injustamente?

Minha demissão ocorreu e penso que foi até oportuna. Oportuna porque a minha demissão pode fazer com que os governantes abram os olhos para o que está sendo feito na educação do Brasil e para os perigos que estamos cometendo com a gestão do ministro Ricardo. O que eu estou fazendo é a busca da melhoria do país. Com minha saída, posso explicitar os problemas que toda mídia e a sociedade brasileira estão sentindo desde janeiro.

Como o senhor vê o ministro?

O ministro Ricardo é uma pessoa do bem, com muita boa vontade, mas apresenta muitos limites no que diz respeito à gestão e também à sua formação em educação. Não é educador nem gestor. Penso que, com o presidente Bolsonaro e com este governo pelo qual trabalho desde julho [de 2018], poderíamos ter buscado um nome técnico ou um gestor para que pudéssemos de fato melhorar a educação do Brasil.

O MEC tem um projeto ou o senhor vê uma paralisia de ações?

Se tem ações, eu não conheço. Sei que há ações dentro do FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica], na EBSRH [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares], muitas dentro do Inep. De ações do ministério que conheço só tem o plano de alfabetização [minuta do plano indica preferência a um método de alfabetização, o que foi criticado].

O professor Ricardo é muito honesto. A Lava Jato da Educação [um protocolo interministerial de intenções lançado pelo governo] é muito importante, temos que combater a corrupção. Sou a favor. Mas o maior desafio é criar métodos de gestão para evitar que novas ações de corrupção venham a acontecer. Se você é um gestor, não dirige olhando para o retrovisor. Temos que olhar para frente. Porque se continuar dirigindo pelo retrovisor não vamos atingir lugar nenhum.

Há vários grupos dentro do MEC, de militares, ao qual o senhor se associa, técnicos e de seguidores de Olavo de Carvalho. Isso tem atrapalhado?

Não estamos falando em conhecimento. Sejam os alunos de Olavo, do Ricardo, ou de quem quer seja, poderíamos ter trabalhado juntos se tivéssemos uma direção. A partir do momento que não temos planejamento, plano diretor, ações definidas e focadas, qualquer grupo que esteja inserido não vai apresentar resultados.

O problema não são os grupos.

Se você verificar em algumas escolas do país com sucesso, verá que muitas delas são comandadas por gestores. Porque o gestor tem que ter uma visão macro. Isso falta ao professor Ricardo, apesar de sua bondade, de ser uma pessoa de bem.

Qual perfil das pessoas que o ministro apresentou para sua equipe?

Toda a direção do Inep que o ministro apresentou eu barrei. Não quero falar em nomes. Mas todos tinham bom currículo, mas postura ideológica acentuada. E postura ideológica acentuada não é compatível com gestão. Foi o professor Marcus Vinicius que impôs a diretoria [o governo chegou a nomear Murilo Resende, seguidor de Olavo de Carvalho, para uma diretoria do Inep mas voltou atrás após má repercussão].

Com a portaria do Saeb suspensa neste momento, o senhor acredita que há risco para a realização da avaliação das escolas neste ano?

Até sexta-feira passada [22] tudo estava sob controle. Mas penso que ações não planejadas e a falta de comunicação que causou esse problema tendem a atrapalhar. Não posso dizer [se haverá impacto] porque estou fora. No entanto, existe um ponto mais grave. O que aconteceu foi muito ruim para o clima do Inep. Fiz reuniões com todos os funcionários, criei um clima bom e as notícias que tenho é que muitos funcionários estão chateados e preocupados. Isso pode trazer no momento seguinte resultados ruins.

Na comissão de Educação, parlamentares defenderam a saída do ministro. Há clima para ele continuar?

Quem pode responder é o presidente Bolsonaro.

O senhor pretende continuar no governo?

Eu trabalhei por esse governo desde julho passado, participando das reuniões com vários profissionais inclusive militares. Não descarto a participação no governo em um momento futuro, mas agora não. Eu acredito no governo. Vou até contribuir mais do que se estivesse dentro do Inep.

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

MEC afirma que ‘não há nenhum fato concreto’ em Lava Jato da Educação

O Ministério da Educação (MEC) afirmou em resposta a um pedido feito por meio da Lei de Acesso à Informação que "até o momento não há nenhum fato concreto" sobre a chamada Lava Jato da Educação. O pente fino em eventuais casos de corrupção na pasta havia sido anunciado como uma prioridade do ministro Ricardo Vélez Rodríguez há quase um mês e meio.

A resposta ao pedido é pública e está disponível no site do governo. "Quanto à especificação do conjunto de irregularidades a serem apuradas, cumpre esclarecer que, até o momento não há nenhum fato concreto, mas sim a necessidade de se buscá-los", diz o texto, que é assinado pelo ministro da Educação, mas sem mencionar o nome de Vélez.

O texto ainda cita que "o protocolo de intenções firmado tem por objetivo apurar a existência de irregularidades no MEC, e, caso sejam encontradas, os partícipes se comprometem a tomar as providências cabíveis no âmbito das competências específicas de cada um". (...)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Educação inovadora é a aposta do CESVA/FAA, que obtêm bons resultados Centro de Ensino Superior de Valença, nota 5 do MEC, acredita no aprendizado ativo e participativo

O CESVA/FAA (Centro de Ensino Superior de Valença) está apostando na inovação para crescer ainda mais no cenário educacional. A Instituição de ensino superior, que afirma em seu lema que a educação transforma, acredita na metodologia ativa e no aprendizado participativo. Para isso, ela segue ampliando o leque de suporte aos alunos visando aumentar o conhecimento. Tudo feito de forma integrada. Os bons resultados já estão sendo obtidos. São cinco avaliações com nota máxima pelo Ministério da Educação.

Na metodologia ativa de ensino onde os alunos do CESVA/FAA estão inseridos, são criados elementos para que haja interação na relação aluno – professor. Assegurando-se o relacionamento respeitoso, os alunos são estimulados a auxiliar no processo de aprendizagem tanto nas aulas quanto em projetos de extensão acadêmica. Já os professores são semestralmente capacitados para trabalharem de forma ativa e inovadora. Além de contarem com as ferramentas necessárias para a construção de seu trabalho.

Uma das maiores inovações do CESVA/FAA é o Projeto Aula +, que está entre as

principais ferramentas auxiliares ao aluno. O sistema é baseado no blended learning, que combina ferramentas online e off-line para obter os melhores resultados. O Projeto funciona como uma extensão virtual da sala de aula. Através do site da Instituição, o estudante pode rever o conteúdo das aulas que já aconteceram. São disponibilizados vídeos dos professores explicando a mesma temática que foi lecionada em sala. Além disso, fica disponível um conteúdo teórico interativo e exercícios não avaliativos, sugeridos pelos próprios professores, a fim de reforçar e testar o conhecimento dos alunos.

A ideia não é trocar a sala de aula pela sala virtual. Mas, sim, complementar e auxiliar o aprendizado, respondendo de uma maneira rápida e prática às dúvidas que não puderam ser respondidas em sala. Levando em conta que muitos alunos residem em outra cidade e se deslocam até a instituição diariamente, o Projeto Aula + também auxilia os alunos que podem enfrentar problemas em seu deslocamento, comprometendo sua presença nas aulas. Todo o material do Projeto Aula + é produzido dentro da própria Instituição, através do NEaD (Núcleo de Ensino a Distância).

OUTROS PROJETOS

Os alunos do CESVA/FAA são amparados pelo PRONAP (Programa de Nivelamento e Apoio à Aprendizagem), que oferece de forma gratuita aulas de Português, Matemática, Inglês Instrumental, Biologia e Química. São cursos à distância, com carga horária de 30h por matéria e que contam como atividade extracurricular. O intuito é auxiliar no aprendizado das disciplinas básicas que serão utilizadas nas matérias durante a graduação.

Os alunos do Centro de Ensino Superior de Valença dispõem do setor de Extensão Acadêmica, que possibilita uma variedade de projetos. São projetos que acontecem dentro e fora da Instituição e que buscam inserir o aluno ao máximo na prática de sua profissão.

ESPAÇOS PARA APRENDIZAGEM PRÁTICA QUE FAZEM A DIFERENÇA

Para atender aos anseios de aprendizagem dos alunos, o CESVA/FAA conta com uma estrutura que proporciona uma variedade de espaços de aprendizagem. Além do campus principal, onde fica a maioria das salas de aula, a Instituição possui um variado ambiente de prática. É o caso do Hospital Escola e da Maternidade Escola, onde os alunos da Faculdade de Medicina e Enfermagem executam seus aprendizados e auxiliam de forma gratuita a população, dado que o atendimento é 100% SUS.

A Instituição conta ainda com o Hospital Veterinário Escola e Policlínica Veterinária Escola, para estudos e tratamento dos animais. Outro ambiente de prática é a Odontoclínica, onde os alunos da Odontologia aplicam seus conhecimentos através de projetos que atendem crianças, jovens, adultos e idosos. Soma-se a essa estrutura os laboratórios de mais diversas ordens, como o bioquímico e anatômico, que contam com modernos equipamentos e manequins que simulam ações do corpo humano. As salas de aula do CESVA/FAA também são preparadas para estarem alinhadas à metodologia ativa da Instituição, tornando o aluno protagonista do saber.

SERIEDADE NO PROCESSO AVALIATIVO

Os profissionais do CESVA/FAA acreditam seriamente no processo avaliativo. Por

isso, existe dentro da Instituição uma gerência de avaliação, na qual todas as provas são avaliadas pelos diretores de curso. Ela monta um mapa sobre a dificuldade das provas, pontos onde houve maior dificuldade dos alunos e pontos a melhorar. Existe também a coordenação de inovação pedagógica, onde profissionais assistem às aulas e orientam os professores buscando sua evolução.

RESULTADOS POSITIVOS

Recentemente o Centro de Ensino Superior de Valença obteve a sua quinta nota 5 do MEC (Ministério da Educação). As avaliações vão de 1 a 5, sendo 5 o nível excelente. O CESVA/FAA foi classificado com nota máxima no Conceito Institucional e apontado como o melhor Centro de Ensino Superior do Brasil através do Conceito Preliminar de Curso (CPC).

Entre os cursos do CESVA/FAA, quatro já receberam nota 5 do MEC – Enfermagem, Gestão de Recursos Humanos EaD, Redes de Computadores EaD e Logística EaD. O curso de Medicina foi indicado como o terceiro melhor do Brasil e o melhor do Estado do Rio de Janeiro. Os cursos de Odontologia e Medicina Veterinária também ficaram acima da média nacional.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Coordenador do Enem decide sair após chefe ser exonerado por Vélez
Paulo Teixeira deixa Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep depois que o presidente da autarquia foi exonerado**

O responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Paulo César Teixeira, pediu demissão do cargo nesta quarta-feira (27/3). A saída acontece no dia seguinte à exoneração do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues.

Teixeira foi indicação de Marcus Vinicius para a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) da autarquia.

Rodrigues já vinha travando uma disputa interna e trocava farpas com Vélez há semanas. O ex-presidente do Inep contou que discordou da comissão que vai analisar as questões do Enem e tentou barrar integrantes de perfil ideológico e ligados ao filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas.

Também disse ter sido convencido pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, a cancelar a avaliação de alfabetização no país.

Nesta quarta, durante audiência no Senado Federal, o ministro da Educação justificou aos parlamentares ter demitido Marcus Vinicius Rodrigues do Inep porque o subordinado havia puxado seu tapete.

Segundo a jornalista Eliane Catanhêde, a série de trapalhadas no MEC já teria convencido o presidente Jair Bolsonaro (PSL) a demitir Ricardo Vélez – a exoneração seria em questão de horas.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Vélez diz que o cargo ‘é um abacaxi’ mas nega saída do ministério

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse nesta quarta-feira, 27, que não tem disposição de deixar o cargo. Durante audiência na Câmara dos Deputados que já dura quase 5 horas, o ministro foi duramente criticado por parlamentares que consideraram as respostas vagas e pela falta de clareza na apresentação de programas da pasta.

Em sua defesa, o ministro disse que não cabe a ele saber “de cor e salteado” números que envolvam sua pasta. “Muitos pediram para eu sair, mas não vou sair. Por que é um passeio às ilhas gregas, não? O cargo é um abacaxi do tamanho de um bonde. Mas topei o convite porque quero devolver ao meu País o que ele fez por mim”, disse Vélez.

Em resposta ao deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que pediu sua renúncia durante audiência, Vélez afirmou: “Não renuncio, não faz sentido. Só apresentaria minha renúncia ao presidente da República. Ou ele me demite.” O deputado do PSOL interrompeu a resposta do ministro e questionou: “Falta muito?” Parte dos presentes riu.

Mais cedo, Vélez atribuiu a saída do presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, a uma reação à decisão de alterar unilateralmente medidas na área de educação básica. “Ele puxou o tapete. Mudou um acordo e não me consultou. Ele se alicerçou em pareceres técnicos que não foram debatidos”, disse.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro nega que Vélez, do MEC, tenha sido demitido

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, responde perguntas dos deputados federais que compõem a Comissão da Educação Imagem: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) foi ao Twitter esta noite negar que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tenha sido demitido.

A saída do ministro, à frente de um MEC paralisado por uma série de crises, demissões e recuos, havia sido divulgada pela jornalista Eliane Catanhêde na Globonews e chegou a ser compartilhada por perfis como o de Fernando Haddad (PT).

Bolsonaro publicou uma foto da TV com a notícia da demissão e falou em "fake news".

Minutos antes, a informação havia sido negada também pela Casa Civil ao UOL.
Mês de crise

Mais cedo, ao participar de audiência na Câmara dos Deputados, Vélez havia dito que o cargo é "um abacaxi", mas negou que o abandonaria.

"Muitos pediram para eu sair, mas não vou sair", disse.

Vélez Rodríguez está no centro de uma crise que se arrasta há pelo menos um mês no MEC.

Em fevereiro, o ministro se viu pressionado a recuar da decisão de pedir a escolas que filmassem alunos cantando o hino nacional.

Ontem, foi demitido o presidente do Inep, instituto responsável por avaliações como o

Enem e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A medida foi resposta a nova saia justa no MEC: a decisão (da qual Vélez recuou em seguida) de adiar a avaliação de crianças em fase de alfabetização.

Levantamento do jornal O Estado de S.Paulo contabiliza em seis os recuos da pasta neste início de governo, além de 15 exonerações.
Xadrez político

Vélez tem sofrido com disputas internas dentro de seu ministério que resultaram em uma série de exonerações de servidores ligados ao escritor Olavo de Carvalho e à ala dos militares foram exonerados.

Em meio à crise, houve expectativa de que o próprio Vélez pudesse ser demitido e substituído por outro nome indicado por Olavo de Carvalho, "guru" intelectual de Bolsonaro.

ABIPTI - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

CREA - MG - TEMPO REAL

UFSJ participa de reunião no Crea-MG

Representantes da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) se reuniram com a presidência do Crea-MG e da Mútua-MG no dia 21 de março de 2019, na sede do Regional. Os professores e coordenadores da UFSJ apresentaram o curso de pós-graduação lato-sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho, que passou a ser oferecido na instituição desde o ano passado, e convidaram o Conselho para participar de um workshop a ser realizado na universidade.

O curso, que funciona na modalidade de ensino à distância, é direcionado a engenheiros de todas as modalidades, e oferece aos estudantes um quadro atual e integrado de conhecimentos. “A especialização é muito importante para os nossos profissionais, pois amplia não só o conhecimento, como a capacidade de atuação no mercado de trabalho”, ressaltou o presidente do Crea-MG, engenheiro civil Lucio Borges.

Segundo o coordenador do curso de engenharia mecânica, professor Jorge Nei Brito, a criação do curso vem de uma demanda de profissionais. “Percebemos que há um déficit em cursos de pós-graduação na área de engenharia de segurança do trabalho. Por isso estamos atendendo as demandas de profissionais, empresas e órgãos públicos no cumprimento de exigências e legislações que regulamentam essa área”, destacou o professor.

Com a primeira turma matriculada, o curso conta com 210 estudantes e integra o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) coordenado pela **Capes**. Além da estrutura da própria faculdade, os alunos podem contar com a infraestrutura nos polos selecionados. “Queremos incluir as inspetorias do Crea nos polos de ensino, para que os estudantes possam usar os computadores e se integrar à universidade”, afirma Jorge.

Serviço

Os critérios de seleção para matrícula tem base na análise do currículo e de experiências do profissional.

Mais informações:

Núcleo de Educação à Distância da UFSJ

Email: est@nead.ufsj.edu.br

Telefone: (32) 3379.5834

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Cearense é selecionada para evento em Harvard após concorrer com mais de 500 estudantes

Leilane Oliveira Chave é aluna de doutorado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e estuda os modos de vida e conflitos pelo uso dos recursos naturais na comunidade quilombola do Cumbe, em Aracati

Leilane Oliveira Chave, aluna de doutorado da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi selecionada para participar de um evento na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, após concorrer em uma seleção com 540 estudantes de 21 países. Além da cearense, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e

Meio Ambiente (Prodema), outros dez brasileiros foram selecionados para o evento, porém Leilane é a única nordestina entre os participantes — que são 16 do mundo todo.

O evento acontece no próximo dia 10 de maio, e é organizado pelo Instituto de Pesquisa Afro-Latino-Americano Hutchins Center da universidade americana. A mostra reunirá as melhores teses de doutorado sobre temas afro-latinos-americanos. A pesquisa de Leilane aborda a temática dos modos de vida e os conflitos pelo uso dos recursos naturais na comunidade quilombola do Cumbe, no município de Aracati.

“Eu sempre gostei de trabalhar temas relacionados à afro-brasilidade porque é como eu me identifico, como negra. Então é uma temática que eu sempre tive interesse por identificação pessoal. Desde o mestrado, trabalho com comunidades quilombolas”, revela a doutoranda.

“É uma sensação muito boa de orgulho por estar participando de um evento tão grande, com discussões, oportunidade de receber contribuições tão grandes de outros professores que vão estar lá participando desse evento”, complementa a pesquisadora cearense.

O envolvimento com as comunidades pesquisadas, inclusive, foi fundamental para a inscrição na seleção do programa. “Foi um morador da própria comunidade, o ‘João do Cumbe’, que viu a chamada (do evento), acho que no site da **Capes** (Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**) e enviou para uma das professoras que trabalha comigo”. A docente em questão é Adryane Gorayeb, vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC.

Reconhecimento

Para Adryane, a participação tem repercussão fundamental no reconhecimento do trabalho desenvolvido. “Isso denota o impacto social positivo das pesquisas desenvolvidas na UFC. O prêmio revela a qualidade do trabalho desenvolvido, ou seja, como um dos melhores do mundo. Nós somos capazes de desenvolver trabalhos acadêmicos de alta qualidade, dentro da área das Ciências Humanas, apesar do preconceito que existe com essa área”, complementa a vice-coordenadora.

Além do reconhecimento para a pesquisa acadêmica, a participação vem como oportunidade de destaque às comunidades e temas estudados. “Dar visibilidade é uma das maiores contribuições que a gente pode dar para as comunidades. Mostrar que elas existem, quais são as condições de vida desses moradores. Essa é a maior contribuição que posso deixar. Sinto-me feliz não só por mim, como pesquisadora, mas também em ‘levar a comunidade comigo’”, finaliza a estudante da UFC.

[topo](#) ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente.

No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

"O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres", diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens.

No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017.

As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares.

"Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras", diz.

"Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras", acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: "Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas.

Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom", diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: "O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares".

Maioria entre estudantes, minoria entre professores
"Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado.

Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens", diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país.

"Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema", diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC tem mais de 10 demissões no alto escalão em 3 meses da gestão Vélz Ministério coleciona recuos e polêmicas desde o início da nova gestão; entenda.

Ao menos 12 pessoas já deixaram cargos importantes no Ministério da Educação (MEC) desde janeiro. A baixa mais recente foi a do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues. Para ele, o ministério vive uma "incompetência gerencial muito grande". Em audiência na Câmara, o ministro da Educação, Ricardo Vélz, acusou o ex-subordinado de ter "puxado o tapete".

Além das demissões, os primeiros três meses da gestão foram marcados por recuos e polêmicas, como o pedido para que as escolas filmassem os alunos cantando o hino e a decisão de adiar a avaliação da alfabetização.

De acordo com os colunistas do G1 Valdo Cruz e Andreia Sadi, há uma "guerra" no MEC envolvendo dois grupos: militares que ocupam cargos na pasta e pessoas ligadas ao ministro Vêlez, que foi indicado ao posto pelo escritor de direita Olavo de Carvalho. O último exonerado, Marcos Vinicius Rodrigues, era vinculado à ala militar.

No fim de fevereiro, Vêlez apresentou pela primeira vez os sete pontos prioritários da sua gestão, que chegaram a ser criticados por especialistas.

Enquanto isso, programas importantes do MEC estão sem definição ou atrasados, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Confira abaixo algumas polêmicas:

Edital para compra de livros com erros

No dia 2 de janeiro de 2019, o edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) foi publicado com alterações polêmicas: livros escolares poderiam ser comprados e adotados pelas instituições de ensino mesmo que apresentassem erros e propagandas. Também não precisariam retratar a diversidade étnica e o compromisso com ações de combate à violência contra a mulher.

No dia seguinte, após repercussão negativa, o edital foi anulado. Segundo a assessoria do MEC, as alterações do PNLD haviam sido feitas no governo Temer. O ex-ministro Rossieli Soares negou ter feito as mudanças.

Cerca de uma semana depois, em 11 de janeiro, Vêlez exonerou dez pessoas que ocupavam cargos comissionados no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), incluindo o chefe de gabinete do órgão, Rogério Fernando Lot. Foi ele quem assinou o edital com as mudanças polêmicas sobre os livros escolares.

Presidência do Inep

No cargo desde 2016, Maria Inês Fini havia sido nomeada presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) por Michel Temer e foi exonerada em 14 de janeiro após polêmicas sobre o Enem. A prova trouxe uma questão de linguagens que tratava do dialeto pajubá, conjunto de expressões associadas aos gays e aos travestis.

Uma semana depois, em 22 de janeiro, o ex-professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcus Vinicius Rodrigues foi nomeado presidente do órgão. Nesta terça-feira (26), Rodrigues foi exonerado.

Ministro da Educação demite presidente do Inep após polêmica com exame da alfabetização

Em entrevista à TV Globo, o ex-presidente do Inep disse que não há comunicação dentro do ministério. Na segunda-feira (25), Rodrigues havia assinado uma portaria sobre as novas regras do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Segundo o

documento, a avaliação da alfabetização de crianças não seria feita na edição de 2019. Horas depois da publicação no Diário Oficial da União, o Inep afirmou que esse teste só seria aplicado em 2021. A portaria foi anulada no dia seguinte pelo ministro da Educação.

O ex-presidente do Inep diz que assinou a portaria com respaldo do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim. Um documento mostra que, de fato, Nadalim havia feito a recomendação para que a alfabetização não fosse avaliada em 2019.

Marcus Vinicius Rodrigues disse que “foi um processo muito ruim, que mostrou a incompetência gerencial muito grande.” Ele também declarou que, em três meses de governo, não houve nenhuma reunião de trabalho com o ministro da Educação.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Ricardo Vélez, disse que Rodrigues deixou o cargo porque “puxou o tapete”.

“A última demissão no MEC [ocorreu], porque o diretor-presidente do Inep puxou o tapete. Ele mudou de forma abrupta o entendimento que já tinha sido feito para a preservação da Base Nacional Curricular e fazer as avaliações de comum acordo com as secretarias de educação estaduais e municipais”, afirmou Vélez.

Para o ministro, embora Rodrigues tenha se baseado em pareceres técnicos, a questão não havia sido debatida. “Realmente, considere um ato grave, que não consultou o ministro, se alicerçou em pareceres técnicos, mas não foi debatido no seio do MEC.”

Avaliação da alfabetização

O edital com as diretrizes para o Saeb foi publicado na segunda (25) sem fazer menção aos alunos em fase de alfabetização.

MEC volta atrás em decisão de adiar avaliação da alfabetização

A expectativa era de que os alunos estivessem incluídos neste teste. Isso porque, até o ano passado, a alfabetização era mensurada pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), mas em junho de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, disse que a ANA seria extinta e incorporada ao Saeb – alunos do 2º ano do ensino fundamental passariam a ser avaliados ao lado dos estudantes do 5º e 9º ano do fundamental e do 3º ano do ensino médio.

Quando questionado sobre a ausência dos alunos da alfabetização no edital, o Inep informou que eles passariam a ser avaliados no Saeb somente em 2021. O órgão não informou se em 2019 e 2020 haveria algum outro tipo de avaliação da alfabetização no Brasil.

Em meio à polêmica, a secretária da Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão. A pasta não informou o motivo por trás do pedido. Em sua despedida, a ex-secretária disse que o pedido de demissão é o preço que paga para defender a educação de qualidade.

"A gente respira educação, a gente dorme educação, acorda educação, come educação.

O quanto custa a gente poder permitir que os projetos tenham andamento? Se isso custa, de repente, eu estar no ministério, que isso possa realmente ser um preço que eu pago. E que a educação possa ser de qualidade no nosso país", afirmou Tania. Após a revogação da portaria, o Inep não informou quando haverá a publicação das novas regras do exame.

Diretoria do Inep

Em 16 de janeiro, o Diário Oficial da União trouxe a nomeação de Murilo Resende Ferreira para o cargo de diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep, diretoria que coordena o processo de elaboração de provas como o Enem.

Dois dias depois, em 18 de janeiro, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, decidiu "tornar sem efeito" a nomeação de Resende.

Na mesma portaria, foram nomeadas outras quatro pessoas para ocupar cargos vinculados ao Ministério da Educação, entre eles **Anderson Ribeiro Correia**, o novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Vélez diz que brasileiro é 'canibal'

Em entrevista à revista "Veja", Ricardo Vélez afirmou que, viajando, o brasileiro é um "canibal". "Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola", disse o ministro.

O Congresso pediu que ele fosse se explicar. Em documento ao Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro disse que foi "infeliz" ao fazer a declaração.

Projeto Rondon e educação moral e cívica

O ministro publicou um vídeo no site do MEC afirmando que pretende impulsionar o Projeto Rondon na sua gestão. O projeto foi criado em 1968 com o objetivo de levar estudantes do ensino superior em viagens de prestação de serviços em comunidades de todo o território brasileiro. Ele havia sido extinto em 1989, mas foi reativado a partir de 2005 pelo Ministério da Defesa (MD). O MEC é um dos parceiros na iniciativa.

Vélez, no entanto, não apresentou as medidas concretas para impulsioná-lo.

No mesmo vídeo publicado no site do MEC, o ministro afirma que quer retomar o ensino de conteúdos de "educação cívica" nas escolas brasileiras. Mas ele não explicou como isso seria aplicado.

"Então, eu vou dar muita ênfase a isso, à retomada desse processo de ensino de valores fundamentais, fundantes da nossa vida. Tanto no ensino infantil, quanto no ensino fundamental, ao longo de todo o ensino fundamental e, por que não, continuando no nível universitário", disse.

Formação de professores

O Ministério da Educação anunciou que vai rever a proposta de mudanças na formação dos professores da educação básica feita na gestão do ex-presidente Michel Temer.

O documento, chamado de Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica (BNC Formação de Professores), havia sido entregue em dezembro ao Conselho Nacional de Educação (CNE), e a expectativa era que ele fosse avaliado e aprovado ainda em 2019.

Procurado pelo G1, o MEC afirmou, em nota, que não está definido se o documento apresentado pela gestão anterior será alterado ou mantido.

Carta às escolas

O ministro enviou uma carta às escolas de todo o país pedindo que os diretores lessem para as crianças um texto que continha o slogan de campanha do então candidato Jair Bolsonaro e que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. As imagens deveriam ser enviadas ao MEC.

O Estatuto da Criança e do Adolescente veta a divulgação de imagens de menores de idade sem autorização dos pais. Já a reprodução do slogan de campanha de Jair Bolsonaro pode ferir a Constituição de acordo com o artigo 37, que diz que a administração pública de qualquer um dos poderes deve seguir os princípios da "legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". O Ministério Público Federal em Brasília informou que vai apurar se o ministro cometeu improbidade administrativa.

Em 26 de fevereiro, Vélez reconheceu que errou ao pedir que as escolas filmassem as crianças sem a autorização dos pais. Dois dias depois, ele desistiu de pedir o vídeo às escolas, por questões técnicas de armazenamento e de segurança.

Início das demissões

Após a polêmica da carta às escolas, o presidente Jair Bolsonaro determinou que o ministro demitisse não só assessores, mas também militares do ministério. A ação era uma tentativa de aplacar a guerra interna da pasta.

No dia 11 de março, em edição extra do Diário Oficial, o governo Bolsonaro exonerou seis nomes que ocupavam cargos do alto escalão do Ministério da Educação:

Tiago Tondinelli, chefe de gabinete do ministro da Educação;

Eduardo Miranda Freire de Melo, secretário-executivo adjunto da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação;

Ricardo Wagner Roquetti, coronel que atuava como diretor de programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação;

Claudio Titericz, diretor de programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação;

Silvio Grimaldo de Camargo, assessor especial do ministro da Educação;

Tiago Levi Diniz Lima, diretor de Formação Profissional e Inovação da Fundação

Joaquim Nabuco.

Nessa mesma edição, foram nomeados os novos ocupantes de três dos seis cargos que haviam ficado vagos:

Josie Priscila Pereira de Jesus, nova chefe de gabinete do ministro Ricardo Vélez Rodríguez;

Robson Santos da Silva, diretor de Formação Profissional e Inovação da Fundação Joaquim Nabuco;

Rubens Barreto da Silva, novo secretário-executivo adjunto da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

Troca-troca do cargo número 2 do MEC

O cargo de secretário-executivo do MEC, considerado o “número 2” da pasta, está sem um responsável nomeado oficialmente. No site do governo, até terça (26), ainda constava “Luiz Antônio Tozi” como ocupante do posto. Nesta quarta, o campo estava em branco.

Tozi permaneceu no posto até o dia 12 de março. Nessa data, foi demitido como ato de uma "reestruturação" promovida pelo ministro Vélez.

Com a saída dele, o nome de Rubens Barreto da Silva, que até então era secretário-executivo adjunto, foi anunciado por rede social. A nomeação para o novo cargo, no entanto, não chegou a ser publicada no Diário Oficial da União.

Em 14 de março, Iolene Lima foi a terceira a ser indicada para este posto no MEC. Oito dias após ter sido anunciada pelo ministro, ela postou em rede social que não seguiria mais na pasta.

“(…) hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC”, postou ela em sua conta no Twitter. A nomeação dela nem mesmo foi publicada no Diário Oficial da União.

Comissão de fiscalização do Enem

Em 20 de março, o Inep criou uma comissão para verificar se as questões do Enem têm “pertinência com a realidade social”. Segundo a portaria, o grupo deverá fazer uma “leitura transversal” das questões para emitir um parecer. O resultado do trabalho não será divulgado.

A comissão terá três membros: Marco Antônio Barroso Faria, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC); Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor de Estudos Educacionais do Inep; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador do Ministério Público de Santa Catarina.

topo ↕

O DIA MAIS - TEMPO REAL

Ministério da Economia vai cortar R\$ 30 bilhões dos demais setores

Apenas os Ministérios da Saúde e da Educação serão poupados do bloqueio

Apenas os Ministérios da Saúde e da Educação serão poupados do corte de R\$ 30 bilhões do Orçamento definido pelo Ministério da Economia. A proposta da área econômica é fazer um bloqueio praticamente linear de 21% nas despesas dos demais ministérios, o que pode afetar o funcionamento de áreas do governo.

Com a decisão, as despesas que não são obrigatórias ficarão em R\$ 90 bilhões, nível considerado próximo do chamado “shutdown” da máquina pública, ou seja, de paralisação. O valor é o mais baixo da série histórica disponível, que começou em 2008.

Se o contingenciamento de R\$ 30 bilhões permanecer por muito tempo ao longo deste ano, técnicos experientes do governo, ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo, avaliam que, em outubro, muitos ministros não terão mais dinheiro para tocar projetos. “Na

toada atual, o sinal amarelo vira vermelho já, já” alerta o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Felipe Salto, que faz o acompanhamento das contas públicas.

Nos anos anteriores, bloqueios no Orçamento provocaram falta de recursos para expedição de passaportes, patrulha de rodovias, compra de medicamentos, entre outros exemplos.

O governo tem até sexta-feira, 29, para divulgar como o corte, anunciado na semana passada, será dividido entre os ministérios. Até lá, a disputa será política entre os comandantes das Pastas. O problema é que, para preservar um determinado ministério, o governo terá de apontar um corte maior em outras áreas. Tudo tem de estar registrado em ata. Pela proposta dos técnicos da área econômica, além de saúde e educação, apenas áreas muito específicas, como despesas com calamidades públicas, ficariam de fora do corte linear. Mesmo em saúde e educação, o governo só deixará livre do bloqueio os percentuais obrigatórios de gastos determinados pela Constituição.

A palavra final será do presidente Jair Bolsonaro, como já indicou o secretário especial de Fazenda do Ministério Economia, Waldery Rodrigues Júnior, durante o anúncio do corte.

O bloqueio incide apenas nas chamadas despesas discricionárias, que são gastos de custeio e investimento não obrigatórios que o governo tem liberdade para manejar e cortar – gastos obrigatórios, como salários e benefícios previdenciários, não podem ser bloqueados.

Os dados da IFI apontam que as despesas discricionárias devem ter orçamento entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões em 2021, se não houver mudanças na situação atual na qual a escalada dos gastos obrigatórios estão espremendo esse tipo de despesa. Felipe Salto alerta que o quadro atual já é muito “perigoso” e a chamada margem fiscal está ficando cada vez maior. Por isso, diz ele, a urgência da aprovação das reformas, principalmente a da Previdência.

[topo](#)

PAINEL NOTÍCIAS - AL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Mestrado Profissional em Saúde da Família inicia atividades

Objetivo é formar profissionais para contribuir com melhoria do atendimento no SUS

Neste mês de março teve início o Mestrado Profissional em Saúde da Família (MPSF/ProfSaude), da Faculdade de Medicina (Famed/Ufal), com a realização da aula inaugural e primeiro momento presencial. O curso é coordenado pela professora Divanise Suruagy Correia.

O Profsaude é um programa de pós-graduação stricto sensu em Saúde da Família, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do Ministério da Educação e realizado na modalidade semipresencial. A Ufal é uma das instituições que integram a Rede Nacional do Profsaude, responsável execução do curso.

Entre os objetivos estão formar profissionais aptos a atuar como preceptores para graduação e residência médica em Saúde da Família, e fortalecer as atividades

educacionais de produção do conhecimento e de gestão na Saúde da Família nas diversas regiões do país. Segundo os organizadores, a proposta também é de estabelecer uma relação integradora entre o serviço de saúde, os trabalhadores e os estudantes na área de saúde, com o intuito de contribuir para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto pedagógico oferece atividades didáticas, presenciais e a distância, organizadas em disciplinas obrigatórias, eletivas e Trabalho de Conclusão de Curso, conforme a Matriz Curricular definida pela Comissão Acadêmica Nacional.

topo ↕

RORAIMA EM FOCO - TEMPO REAL

PIBID: INSCRIÇÕES SÃO PRORROGADAS ATÉ ESTA SEXTA-FEIRA

As inscrições ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência do Instituto Federal de Roraima (Pibid/Capes/IFRR) foram prorrogadas até às 12h, desta sexta-feira, 29. São oferecidas 11 vagas para professores supervisores da rede estadual e 20 para alunos de Espanhol, Educação Física e Biologia do IFRR.

Os interessados podem se inscrever por e-mail ou presencialmente. As inscrições in loco serão realizadas na sala do Pibid, situada no bloco administrativo do Campus Boa Vista (CBV), na Avenida Glaycon de Paiva, nº 2496, Bairro Pricumã, apenas na parte da manhã.

Quem preferir inscrever-se pela internet deve enviar e-mail para pibid2018@ifrr.edu.br, identificando o assunto da seguinte forma: PIBID/IFRR/2018 – SUPERVISOR: IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO: IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA. O candidato deve ficar atento para enviar toda a documentação exigida nos editais 003/2019 e 004/2019, em formato PDF, com tamanho de até 5 mb, em um único envio.

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Simpósio internacional debate relação entre mortandade de abelhas e agrotóxicos

A Articulação Para a Preservação da Integridade dos Seres e da Biodiversidade (APISBio) e a Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Mata, em parceria com associações locais e diversas entidades, promove nesta quinta-feira (28), a partir das 13h30min, no município de Mata (RS), o Simpósio Internacional sobre Mortandade de Abelhas e Agrotóxicos. O evento será realizado no CTG Cancela da Tradição (rua Quinze de Novembro, 254).

A programação completa do simpósio é a seguinte:

13h – Credenciamento e registro de presença de autoridades

13:30h – Abertura

APISBio | APISMA | Sérgio Roni Bruning, Prefeito Municipal de Mata-RS

14h – MESA 1 – [O PROBLEMA DA MORTANDADE DAS ABELHAS]

Coordenação: Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Mata (APISMA) e APL Vale do Jaguarí – Apicultura.

– Jaílson Mack Bressan, da APISMA | Coord. do Grupo de Apicultores prejudicados pela mortandade de abelhas em Mata.

- Antônio Libório Philomena, Programa Harmony With Nature/ONU | PhD em Ecologia (Universidade da Geórgia-EUA). Prof. aposentado FURG.
- Julio Roberto Barreto Cabral, SOFORAPI/Uruguai | Vereador do Depto. de San José/URU. Membro da Sociedade de Fomento Rural Apícola.
- Adi José Pozzatto, APL – Vale do Jaguari/Apicultura | Rep. Associação Santiaguense de Apicultores, Dir. Apiário Padre Assis.
- Ana Lúcia de Paula Ribeiro, IFFar – São Vicente do Sul | PhD, Dra. em Fitossanidade (UFPEL), Agrônoma.
- Gustavo Nogueira Diehl, PNSAp-RS | Resp. Téc. Prog. Nacional de Sanidade Apícola-RS, Ms. em Ciências Veterinárias (UFRGS).
- Marcelo Cougo, coletivo CATARSE | Comunicador.

Contribuições do público (10 minutos). 5 intervenções limitadas a 2 min cada

16h – MESA 2 – [NATUREZA, INSTITUIÇÕES E RESPONSABILIDADES]
Coordenação: APISBio

- José Renato de Oliveira Barcelos, APISBio | Advogado, Ms. em Direito Público (UNISINOS), Esp. em Direito Ambiental (UFRGS)
- Martha Bohrer Adaime, LARP/UFSM | Dra. em Química (UNICAMP), Prof. Titular PPGQ (Capes 7) e do PPGECQV (Capes 4).
- Jair Lima Krischke, MJDH | Advogado, Consultor da Rel-Uita, agraciado com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (2011).
- Pedro Kunkel, MPA | Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Guardião de Sementes Crioulas, Membro do Instituto Cultural Pe. Jozimo.
- Generosa Sousa Ribeiro, UESB | Dra. em Ciências Agrárias (UFRB). Bióloga Coord. do Setor de Meliponicultura (UESB). Dir. de Melipon. da Fed. Baiana de Apicultura e Melipon.
- Althen Teixeira Filho, UFPEL | PhD, Dr. em Anatomia Humana (Escola Paulista de Medicina), Prof. Médico Veterinário.
- Luis Fernando Wolff, EMBRAPA | Dr. em Recursos Naturais e Gestão Sustentável (UCO/Espanha), Engenheiro Agrônomo. Autor do trabalho “Medidas para Combater a Mortandade de Abelhas na Região Sul do Rio Grande do Sul” (2018).
- Jerônimo Siqueira Tybusch, UFSM | Dr. em Ciências Humanas (UFSC), Prof. Titular PPGD. Diretoria do CONPEDI Gestão 2017-2020.

Contribuições do público (10 minutos)

18h – ENCERRAMENTO

Entrega coletiva da representação ao Ministério Público Estadual
Fundação da APISBio e Leitura da Carta de Mata

topo ↕

UEM - TEMPO REAL

Letramento científico é tema de roda de conversa

A Pró-Reitoria de Graduação (PROG) da Universidade Estadual do Maranhão promoveu na manhã desta terça-feira (26), a roda de conversa sobre “Letramento Científico no Brasil e no Japão a partir dos resultados do Pisa”, com a professora doutora Andriele Ferreira Muri Leite.

O evento, que foi destinado aos professores e servidores, tratou sobre a tese da professora que fez um comparativo entre o ensino de ciências no Brasil e no Japão, através dos dados dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

A tese, que ganhou o prêmio de melhor Tese 2018 da área de educação do país concedido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, incluiu em sua metodologia análise documental, estatística, observação de aulas de Ciências no Brasil e no Japão e entrevistas com especialistas da área de Ensino de Ciências e com representantes do PISA nos respectivos países.

Para fazer a observação das aulas de Ciência no Japão, a professora passou oito meses realizando estágio no país, na Tokyo Gakugei University (bolsa de doutorado sanduíche da CAPES – PDSE).

A professora Andriele Muri explicou porque escolheu o Japão para fazer o comparativo: “Em 2007 fui fazer um treinamento para professores no país e gostei muito do que vi em termos do ensino de ciência. Essa experiência mudou a minha prática e quando voltei repensei a forma de ensinar. Então resolvi fazer outro mestrado, agora na área de educação e doutorado na mesma área. Sempre tive vontade de fazer um comparativo entre esses países, para entender esse abismo que há entre nós, como o Japão em todas as avaliações internacionais que participa está nas primeiras colocações e o Brasil nas últimas”.

IMG_0158

Ela destaca que não defende que metodologias sejam importadas, especialmente por ser tratar de realidades completamente diferentes. “Acho que a gente deve conhecer um pouco de tudo, se apropriar daquilo que vai funcionar, que vai se adequar a nossa realidade. O ensino em Ciências no Japão é muito bom, que tem muita coisa para aprendermos de lá, e a ciência e tecnologia definem o desenvolvimento de um país, então devemos investir nessas áreas”, afirmou Andriele.

Sobre o Pisa

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment) é organizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, no Brasil, a aplicação é responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),

vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

O teste é aplicado a cada três anos para estudantes a partir do 7º ano do ensino fundamental, com média de 15 anos. A última edição, realizada em 2016, contou com a participação de 70 países. Nesta edição o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e 66ª em matemática. O Japão ficou em 2º lugar em ciências, 8º em leitura e em 5º em matemática.

Sobre a autora

Andriele Ferreira Muri Leite possui doutorado em educação pela PUC-Rio (2017) e fez doutorado sanduíche na Universidade Gakugei de Tóquio (8 meses). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É autora do livro “A Formação Científica no Brasil e o PISA”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação menciona Pablo Escobar para defender modelo cívico-militar nas escolas

Ricardo Vélez explicou que os jovens na Colômbia não consumiam cocaína porque este produto era voltado para a exportação quando o narcotraficante controlava as atividades

RIO — O narcotraficante colombiano Pablo Escobar foi mencionado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, nesta quarta-feira, durante uma audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O ministro fez essa referência enquanto defendia a implementação do modelo cívico-militar nas escolas públicas brasileiras.

— A gestão cívico-militar afasta o traficante da escola. O traficante dá no pé, porque o traficante quer massa de manobra barata. Era o que fazia Pablo Escobar em Medellín, mesma coisa. Pablo Escobar tinha reservado campos de futebol para os jovens e uma pequenina biblioteca — afirmou o ministro colombiano, naturalizado brasileiro.

Vélez explicou que, dessa forma, os jovens não consumiam cocaína porque este produto era voltado para a exportação, quando Escobar controlava o tráfico de drogas na Colômbia na década 1980.

— A ideia de Pablo era não consumir cocaína na Colômbia porque isso era produto de exportação. Então, o que ocorre nas nossas escolas cívico-militares? O traficante dá no pé. Só com esse fato já a violência diminui — acrescentou o ministro.

Pablo Escobar foi deputado em seu país entre 1982 e 1984, quando expandiu sua influência política antes de radicalizar seu envolvimento com os narcóticos. Já vigiado por ligações com o crime, foi investigado e ordenou a morte do então ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla. Um dos homens mais ricos do mundo, segundo a revista "Forbes", Escobar foi morto pela polícia em 1993. Sua antiga forteza foi demolida em 22 de fevereiro deste ano na cidade de Medellín. No lugar, será construído um parque dedicado às vítimas do tráfico de drogas.

Na mesma audiência, Vélez também afirmou que o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Marcus Vinícius Rodrigues, foi demitido porque “puxou o tapete”. A exoneração ocorreu após o então dirigente do Inep editar

uma portaria que suspendeu por dois anos a avaliação da alfabetização, prevista para 2019.

Após a repercussão negativa, Vélez demitiu Marcus Vinicius, revogou a portaria e disse que não sabia da medida. O demitido argumentou que o pedido de suspensão da avaliação partiu por escrito do secretário de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), Carlos Nadalim, assessor próximo do ministro e seguidor do ideólogo do governo Olavo de Carvalho. É de Olavo a indicação de Vélez para a pasta.

Ao GLOBO, o dirigente exonerado do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, disse que "o ministro é gerencialmente incompetente" e que "não tem controle emocional" para comandar a educação brasileira. Ele também afirmou que, desde que assumiu o MEC, Vélez não tem feito reuniões dentro do órgão.

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

Vélez diz que presidente do Inep foi demitido porque puxou tapete

Em audiência pública em uma comissão da Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Ricardo Vélez, disse nesta quarta-feira (27) que o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi exonerado porque "puxou o tapete" ao "mudar de forma abrupta" entendimento do ministério. Vélez foi à Comissão de Educação da Câmara para prestar esclarecimentos sobre atos da pasta.

Rodrigues foi exonerado na terça-feira (26) após a publicação de uma portaria polêmica, que adiava para 2021 a avaliação da alfabetização de crianças. A portaria foi publicada na segunda e revogada na terça.

"A última demissão no MEC. Por quê? O diretor-presidente do Inep puxou o tapete. Ele mudou de forma abrupta o entendimento que já tinha sido feito para a preservação da Base Nacional Curricular e fazer as avaliações de comum acordo com as secretarias de educação estaduais e municipais", afirmou Vélez.

O ex-presidente do Inep disse que assinou a portaria com respaldo do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim. Um documento mostra que, de fato, Nadalim havia feito a recomendação para que a alfabetização não fosse avaliada em 2019.

Para o ministro, embora Rodrigues tenha se baseado em pareceres técnicos, a questão não havia sido debatida no "seio do MEC".

"Realmente, considerei um ato grave, que não consultou o ministro, se alicerçou em pareceres técnicos, mas não foi debatido no seio do MEC", afirmou Vélez.

Falta de comunicação

O ministro contestou ainda as críticas feitas pelo ex-presidente do Inep de que não foram realizadas reuniões de trabalho das secretarias ao longo desses três meses.

"Não é verdade que não tenha havido reuniões das secretarias e das presidências do ministério ao longo destes três meses. Está aqui o meu caro colaborador, professor Decotelli, que é uma grande figura, grande expoente, que pode testemunhar que reuniões temos feito para alinhar melhor as nossas políticas", acrescentou Vélez.

Em entrevista à imprensa, Marcus Vinicius Rodrigues criticou a falta de comunicação dentro do MEC e disse haver uma "incompetência gerencial muito grande". (...)

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Universidade pública precisa de responsabilidade fiscal, diz Vélez

Posicionamento do ministro da Educação ocorreu em uma audiência na Câmara dos Deputados

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, continuava por volta das 13h desta quarta-feira (27/3), na Câmara dos Deputados, numa audiência que já ultrapassa 2 horas de duração. Rodríguez, disse, durante a audiência, que as cotas para o ingresso nas universidades são necessárias, mas a política será temporária.

Sobre universidades públicas, ele avaliou ser preciso "responsabilidade fiscal" e defendeu o aumento do número de alunos em sala de aula. Na França, disse, a proporção é de cerca de 70 alunos por professor. No Brasil, esse indicador seria muito menor. "Eu defendo as universidades públicas. Elas são um patrimônio da nação e devem ser preservadas. Mas têm de ser geridas com responsabilidade fiscal e democratização da sala de aula", completou.

Para um auditório lotado, o ministro afirmou que permanece no cargo, atribuiu a lista de 15 exonerações que ocorreram nos últimos dias a questões de gestão e garantiu que os trabalhos na pasta estão sendo realizados.

Vélez está acompanhado de vários assessores, entre eles, o secretário de Alfabetização Carlos Francisco Nadalin. O secretário foi apontado pelo ex-presidente do Inep Marcus Vinicius Rodrigues, como um dos mentores da decisão, mais tarde suspensa, de adiar a avaliação de crianças em período de alfabetização. A exoneração foi assinada nesta terça-feira. Vélez disse que Rodrigues teria "puxado o tapete", empregando incorretamente a expressão.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC fica à deriva após seis recuos e 15 exonerações

Entre os recuos, está o projeto de não avaliar mais a alfabetização

Depois de 15 exonerações, medidas polêmicas e seis recuos, o Ministério da Educação (MEC) está à deriva, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Nesta terça-feira (26/3), o ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta - sem que ele soubesse -, de não avaliar crianças em fase de alfabetização no País.

Segundo especialistas em gestão pública de educação, o episódio mostrou mais uma vez o amadorismo e a falta de articulação do MEC no governo de Jair Bolsonaro.

Vélez tem tido até dificuldade de encontrar quadros para repor os espaços vagos. Nesta terça, o ex-aluno do ministro Alexandro Ferreira de Souza passou a acumular duas secretarias. Continua com a que ele já comandava, da Educação Profissional e Tecnológica, e será o secretário da Educação Básica, pois a titular anterior, Tania Almeida, pediu demissão porque também não foi avisada da mudança na prova de alfabetização.

Nos últimas semanas, Vélez chegou a anunciar dois nomes de secretários executivos e foi desautorizado pelo Palácio do Planalto. O cargo permanece vago há 15 dias. "Não

temos mais interlocutor no MEC, não tem com quem se possa conversar sobre os anseios dos secretários, das escolas do País", diz a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Cecília Motta, que é secretária de Mato Grosso do Sul. "Precisamos de uma política de Estado, não de governo."

Militar

O general Francisco Mamede de Brito Filho, que tem experiência na área de Defesa e nunca trabalhou com educação, deve assumir o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que responde pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Brito Filho foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste.

"Faz três meses que não temos uma clara orientação sobre qual a política nacional", afirma a ex-secretária executiva do MEC no governo de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, Maria Helena Guimarães de Castro. Ela diz que livros e merenda, por exemplo, que são ações de alocação automática de recursos, estão chegando às escolas. Mas não se sabe o que vai acontecer com verbas que seriam destinadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou para a reforma do ensino médio, por exemplo.

Há semanas, o MEC enfrenta uma disputa entre os grupos dos seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os ligados à área técnica e aos militares. A demissão do presidente do Inep, na terça, deixou claro o clima que vive a pasta.

À noite, após ser confirmada a exoneração, Marcus Vinicius Rodrigues fez duras críticas ao ministro Ricardo Vélez Rodríguez. "O Brasil precisa de um ministro da Educação que tenha responsabilidade de gestão, competência e experiência", disse ao Estado.

Rodrigues já vinha travando uma disputa interna com Vélez há semanas. Ele conta que discordou da comissão que vai analisar as questões do Enem e tentou barrar integrantes de perfil ideológico e ligados ao filósofo Olavo de Carvalho.

Nesta semana, segundo ele, foi convencido pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, a cancelar a avaliação de alfabetização no País. "Não é um assunto que conheço. Pedi um ofício justificando o pedido." No documento, ao qual o Estado teve acesso, o secretário alega que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada".

Vélez não sabia da portaria sobre a avaliação - assinada pelo presidente do Inep - e ficou furioso com a repercussão negativa do caso. Na segunda-feira à tarde, chamou Rodrigues ao gabinete e disse que ele deveria ter pedido autorização ao MEC para assinar o documento. Rodrigues então retrucou, dizendo que o Inep é uma autarquia e tem independência. Os dois discutiram e Vélez pediu a demissão do presidente do Inep.

Rodrigues chegou ao governo por indicação do general Alessio Ribeiro Souto, que atuou na campanha de Bolsonaro. O professor da Fundação Getúlio Vargas também conta com o apoio do general Augusto Heleno, ministro do gabinete de Segurança Institucional. Brito Filho, que deve assumir o posto, é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2008 e 2009, durante o governo Lula, e comandou o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012.

Duas das exonerações ainda não foram publicadas no Diário Oficial. Alguns dos que saíram foram remanejados para áreas adjacentes do MEC (veja ao lado). O jornal apurou ainda que a pasta deverá enfrentar nova onda de mudanças. A informação é de que pelo menos mais 20 pessoas sejam demitidas.

"Tudo isso cria uma situação de muita instabilidade e insegurança na gestão educacional, todo mundo fica na expectativa de qual o próximo fato que vai acontecer", afirma a ex-secretária de Educação do Rio Grande do Sul Mariza Abreu. "É uma pena o que estamos vendo, para as gerações que estão na escola e para as que vão entrar." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MP aponta alto número de crianças fora de escolas em Boa Vista e recomenda regularização

Prefeitura tem prazo de 10 dias para informar quais medidas serão tomadas para assegurar vagas a alunos fora da escola.

O elevado número de crianças fora da escola fez com que o Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) recomendasse à Secretaria de Educação de Boa Vista a regularização da oferta de vagas para educação básica.

A Prefeitura de Boa Vista informou que está em processo para que sejam utilizadas salas provisórias climatizadas, anti-inflamáveis e com sistema de ventilação. (Veja abaixo nota na íntegra)

O MPRR não informou quantos alunos de fato estão fora da escola. A recomendação, da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, foi publicada no Diário da Justiça dessa segunda-feira (25).

O documento pede que a prefeitura informe, em 10 dias, as medidas que serão adotadas para assegurar a todos os alunos, na faixa etária de 4 a 10 anos de idade, matrículas na rede de ensino.

Consta na notificação que este ano o MPRR já recebeu inúmeras reclamações de pais que não conseguem vagas próximo às suas casas, "o que gera uma perda pedagógica irreparável de centenas de alunos da rede pública".

"O impacto causado pela forte imigração de refugiados venezuelanos, onde o aumento de quase 400% em dois anos no total de venezuelanos nas escolas de Roraima vem sobrecarregando a rede pública de ensino, que sofre com a falta de vagas", afirma trecho da publicação.

Para a promotora de Defesa da Educação, Érika Michetti, "é obrigação da gestão pública conhecer a real demanda pelo serviço educacional, de modo a planejar e garantir a efetividade no atendimento".

Nota da Prefeitura

Sobre recomendação do MP

A Secretaria Municipal de Educação enfatiza que, de 2013 a 2019, ampliou em 44% o número de vagas no município, com a construção de 34 unidades de ensino na capital

pela atual gestão. Com a crise humanitária na Venezuela, a procura de imigrantes por vagas aumentou muito em um curto período. Diante disso, a Prefeitura de Boa Vista buscou junto ao Ministério da Educação uma solução.

Por meio de estudos e levando em conta a urgência da demanda e a medida mais cabível a ser adotada, o Mec sugeriu e a prefeitura concordou em utilizar salas provisórias CLIMATIZADAS, ANTINFLAMÁVEIS e com sistema de VENTILAÇÃO. Este processo está em andamento, será informado ao MP e, por meio dele, o município acredita que irá resolver a demanda de forma mais rápida e oferecendo conforto para as crianças da rede municipal.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bancada evangélica não deve negociar cargos, diz novo presidente do grupo Para Silas Câmara, grupo não deve ter negociação direta com o Executivo, como pretendia Bolsonaro; fora dos costumes do céu, o assunto é partidário

Recém-eleito como presidente da bancada evangélica da Câmara dos Deputados, o deputado Silas Câmara (PRB-AM) afirmou, pouco depois da vitória, que é contra qualquer negociação do grupo com o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) que diga respeito à nomeação de cargos.

“A frente se afastará, por completo, de atuação política direta com o Executivo e voltará a ser a frente dos evangélicos em defesa da família, da vida e dos princípios cristãos. Não fomos formados como frente para discutir cargos nem nada a não ser o Reino de Deus. Tenho certeza que é isso que nos une. Se é isso que nos une, é nisso que vamos militar”, afirmou.

A posição de Câmara contraria uma posição manifestada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no ano passado, quando, antes de assumir, ele falava em negociar diretamente com as bancadas – e não mais com os partidos políticos. Foi o que ocorreu em nomeações como a da ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM), escolhida após um acordo com a dita “bancada ruralista”.

Mais recentemente, após o agravamento da crise que envolve o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a bancada passou a ser sondada, pelo próprio Vélez e por nomes como o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre a possibilidade de apadrinhar a chefia da pasta.

“A frente volta à sua origem, para trabalhar e defender os costumes ligados ao céu, às famílias e às pessoas. Fora disso, o assunto é partidário”

Dep. Silas Câmara (PRB-AM)

O atual ministro gostaria de apoio dos parlamentares para permanecer no cargo e chegou a marcar uma reunião com a bancada. Entendendo que comparecer significaria “banca” a permanência de Vélez como indicação do grupo, os deputados cancelaram o encontro.

Já Onyx, interessado em angariar votos pela reforma da Previdência, acenou com disputados postos do MEC nos estados, próximos às bases dos parlamentares. Até a

cadeira de Vélez, que está desgastado em meio a disputas internas que paralisaram o ministério, poderia ser colocada na negociação.

Recentemente, os deputados da bancada estiveram em tensão com o governo e chegaram a divulgar um manifesto de independência. Um dos primeiros a manifestar críticas públicas, o deputado Pastor Marco Feliciano (Podemos-SP) desistiu de disputar o cargo, mas disse que a escolha foi tranquila.

“Sem eleição por voto. Tudo por aclamação. Pacificada. Ganha o reino, ganha a Câmara”, disse.

Silas Câmara foi eleito como novo presidente da bancada evangélica por aclamação, após uma reunião que se iniciou com outros cinco interessados: Cezinha de Madureira (PSD-SP), Glaustin Fokus (PSC-GO), Flordelis (PSD-RJ), Abílio Santana (PR-BA) e Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ).

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Vélez Rodriguez diz que não tem intenção de deixar Ministério da Educação
Em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro foi duramente criticado por parlamentares que consideraram as respostas vagas e pela falta de clareza na apresentação de programas da pasta**

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, disse nesta quarta-feira, 27, que não tem disposição de deixar o cargo. Durante audiência na Câmara dos Deputados que já dura quase 5 horas, o ministro foi duramente criticado por parlamentares que consideraram as respostas vagas e pela falta de clareza na apresentação de programas da pasta.

Em sua defesa, o ministro disse que não cabe a ele saber "de cor e salteado" números que envolvam sua pasta. "Muitos pediram para eu sair, mas não vou sair. Por que é um passeio às ilhas gregas, não? O cargo é um abacaxi do tamanho de um bonde. Mas topei o convite porque quero devolver ao meu País o que ele fez por mim", disse Vélez.

Em resposta ao deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que pediu sua renúncia durante audiência, Vélez afirmou: "Não renuncio, não faz sentido. Só apresentaria minha renúncia ao presidente da República. Ou ele me demite." O deputado do PSOL interrompeu a resposta do ministro e questionou: "Falta muito?" Parte dos presentes riu.

Mais cedo, Vélez atribuiu a saída do presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, a uma reação à decisão de alterar unilateralmente medidas na área de educação básica. "Ele puxou o tapete. Mudou um acordo e não me consultou. Ele se alicerçou em pareceres técnicos que não foram debatidos", disse.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC fica à deriva após seis recuos e 15 exonerações; general deve ir para o Inep

Depois de 15 exonerações, medidas polêmicas e seis recuos, o Ministério da Educação (MEC) está à deriva, destaca o jornal "O Estado de S. Paulo". Nesta terça-feira, 26, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta - sem que ele soubesse -, de não avaliar crianças em fase de alfabetização no País.

Segundo especialistas em gestão pública de educação, o episódio mostrou mais uma vez o amadorismo e a falta de articulação do MEC no governo de Jair Bolsonaro.

Vélez tem tido até dificuldade de encontrar quadros para repor os espaços vagos. Nesta terça, o ex-aluno do ministro Alexandre Ferreira de Souza passou a acumular duas secretarias. Continua com a que ele já comandava, da Educação Profissional e Tecnológica, e será o secretário da Educação Básica, pois a titular anterior, Tania Almeida, pediu demissão porque também não foi avisada da mudança na prova de alfabetização.

Nos últimas semanas, Vélez chegou a anunciar dois nomes de secretários executivos e foi desautorizado pelo Palácio do Planalto. O cargo permanece vago há 15 dias. "Não temos mais interlocutor no MEC, não tem com quem se possa conversar sobre os anseios dos secretários, das escolas do País", diz a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Cecília Motta, que é secretária de Mato Grosso do Sul. "Precisamos de uma política de Estado, não de governo."

Militar

O general Francisco Mamede de Brito Filho, que tem experiência na área de Defesa e nunca trabalhou com educação, deve assumir o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que responde pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Brito Filho foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste.

"Faz três meses que não temos uma clara orientação sobre qual a política nacional", afirma a ex-secretária executiva do MEC no governo de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, Maria Helena Guimarães de Castro. Ela diz que livros e merenda, por exemplo, que são ações de alocação automática de recursos, estão chegando às escolas. Mas não se sabe o que vai acontecer com verbas que seriam destinadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou para a reforma do ensino médio, por exemplo.

Há semanas, o MEC enfrenta uma disputa entre os grupos dos seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os ligados à área técnica e aos militares. A demissão do presidente do Inep, na terça, deixou claro o clima que vive a pasta.

À noite, após ser confirmada a exoneração, Marcus Vinicius Rodrigues fez duras críticas ao ministro Ricardo Vélez Rodríguez. "O Brasil precisa de um ministro da Educação que tenha responsabilidade de gestão, competência e experiência", disse ao "Estado".

Rodrigues já vinha travando uma disputa interna com Vélez há semanas. Ele conta que discordou da comissão que vai analisar as questões do Enem e tentou barrar integrantes de perfil ideológico e ligados ao filósofo Olavo de Carvalho.

Nesta semana, segundo ele, foi convencido pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, a cancelar a avaliação de alfabetização no País. "Não é um assunto que conheço. Pedi um ofício justificando o pedido." No documento, ao qual o "Estado" teve acesso, o secretário alega que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada".

Vélez não sabia da portaria sobre a avaliação - assinada pelo presidente do Inep - e ficou furioso com a repercussão negativa do caso. Na segunda-feira à tarde, chamou Rodrigues ao gabinete e disse que ele deveria ter pedido autorização ao MEC para

assinar o documento. Rodrigues então retrucou, dizendo que o Inep é uma autarquia e tem independência. Os dois discutiram e Vélez pediu a demissão do presidente do Inep.

Rodrigues chegou ao governo por indicação do general Alessio Ribeiro Souto, que atuou na campanha de Bolsonaro. O professor da Fundação Getúlio Vargas também conta com o apoio do general Augusto Heleno, ministro do gabinete de Segurança Institucional. Brito Filho, que deve assumir o posto, é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2008 e 2009, durante o governo Lula, e comandou o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012.

Duas das exonerações ainda não foram publicadas no Diário Oficial. Alguns dos que saíram foram remanejados para áreas adjacentes do MEC (veja ao lado). O jornal apurou ainda que a pasta deverá enfrentar nova onda de mudanças. A informação é de que pelo menos mais 20 pessoas sejam demitidas.

"Tudo isso cria uma situação de muita instabilidade e insegurança na gestão educacional, todo mundo fica na expectativa de qual o próximo fato que vai acontecer", afirma a ex-secretária de Educação do Rio Grande do Sul Mariza Abreu. "É uma pena o que estamos vendo, para as gerações que estão na escola e para as que vão entrar." As informações são do jornal "O Estado de S. Paulo".

O POPULAR - GO - BRASIL

Após polêmica, MEC recua e vai avaliar alfabetização

Ministro não foi consultado sobre a portaria, que deixava de avaliar crianças de 7 anos. Caso resultou na demissão do presidente do Inep

Após polêmica, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização.

O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodriguez. Ele não foi consultado sobre a mudança, noticiada com exclusividade na segunda-feira, pelo jornal O Estado de S. Paulo. Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram ríspidamente nesta segunda-feira em reunião que tratou da desistência em avaliar o nível de alfabetização das crianças.

A demissão ainda estaria aguardando decisão do presidente Jair Bolsonaro. Rodrigues é ex-professor da Fundação Getúlio Vargas e foi indicado pelo grupo de militares de reserva que auxilia o governo desde a transição.

Um ofício enviado ao Inep mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, sobre a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC.

O texto (117 que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada". Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental. Nadalin é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho. Ele é dono de uma escola em Londrina (PR) e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças. Foi ele também quem elaborou a minuta do decreto revelada pelo Estado na semana passada sobre uma política de alfabetização no País.

O documento, assim como Nadalin, defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas.

topo ↕

A NOTÍCIA - SC - GERAL

Investimentos em educação cairão sem a vinculação

Os secretários estaduais de Educação estão preocupados com o plano do governo Jair Bolsonaro (PSL) de eliminar a previsão constitucional de investimentos mínimos em educação. O Consed, órgão que representa esses dirigentes, preparou nota técnica em que prevê queda nos recursos e impactos na área caso a medida se concretize.

A área econômica do governo pretende encaminhar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para acabar com as vinculações que garantem percentuais mínimos de investimento em educação e saúde. O ministro Paulo Guedes aposta que a medida vai agradar governadores por representar um desengessamento dos orçamentos, mas o tema tem oposição dos titulares das pastas da Educação.

A nota do Consed descreve o histórico das vinculações, que aparecem pela primeira vez na Constituição em 1934, e só foram suprimidas durante o Estado Novo (em 1937) e a ditadura militar (1967). O órgão também mostra que os recursos para a educação básica estão caindo nos últimos anos.

"De 2015 para 2017, as despesas totais da União com manutenção e desenvolvimento do ensino decresceram 18%, em termos reais; nos estados e Distrito Federal, o decréscimo foi de 10% e, nos Municípios, da ordem de 6%", diz a nota. "É ilusório argumentar que a inexistência da vinculação conferirá maior liberdade para decisões de política orçamentária por parte do Poder Legislativo, que poderia definir as prioridades das políticas públicas". "O gasto por aluno é bem inferior por aqui." O Brasil investe, por estudante da educação básica, menos da metade do que se investe nos países da OCDE", ressalta o texto. completa.

PARA CONSED, DESVINCULAR É VOLTAR AO PASSADO

Pela Constituição, estados e municípios precisam investir 25% das receitas em educação. A União, 18%. A presidente do Con-sed, Cecília Motta, diz que a desvinculação seria um retrocesso diante de todos os desafios da educação brasileira.

- Parece que estamos voltando ao passado. Todo discurso é que a educação é importante para o desenvolvimento, que a educação é base de economia, e de repente voltamos à estaca para precisarmos sensibilizar a sociedade - diz Cecília.

A orientação do Consed foi para que todos os secretários encaminhassem a nota técnica para os governadores, no mesmo dia em que ocorre o Fórum de Governadores.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

MEC revoga portaria do Inep

EDUCAÇÃO Portaria do Ministério da Educação (MEC), publicada hoje, torna sem efeito texto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que previa, entre outras regras, que a medição da qualidade da alfabetização só seria feita a partir de 2021. A nova decisão foi assinada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez.

topo ↗

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Polêmica traz mais consequências

Portaria sobre avaliação de crianças foi revogada, mas provocou exoneração no Inep

Folhapress

Um dia depois de cancelar a avaliação federal de alfabetização, o Ministério da Educação revogou a medida, em um novo recuo do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. O episódio, que envolveu a exoneração do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Marcus Vinicius Rodrigues, escancara cenário de desarticulação dentro da pasta, disputas internas e riscos para ações educacionais do País.

Ligado aos militares, Rodrigues é professor da FGV e acompanha as discussões da área desde a transição de governo. O general Francisco Mamede de Brito Filho é cotado para assumir. Atualmente ele é chefe de gabinete do órgão.

A permanência de um ministro enfraquecido, sem autonomia para tomar decisões, expôs um MEC refém da articulação do grupo mais ideológico dentro do governo. Com ataques nas redes sociais e proximidade com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e seus filhos, esse grupo, ligado ao escritor Olavo de Carvalho, têm conseguido eliminar um a um os servidores taxados como inimigos.

Além de suspender a prova de alfabetização, a portaria de segunda-feira (25) trazia regras para o Saeb, avaliação federal usada para o cálculo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação). O MEC não explicou o que será feito – o que põe em risco o maior diagnóstico da educação brasileira.

Sem a definição, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) não pode seguir o cronograma, como a realização da licitação para a escolha de empresa que vai tocar aplicação da prova.

Os secretários de Educação reclamam da saída das pessoas com quem conversavam e da falta de clareza, mesmo após quase três meses de governo, sobre a continuidade de programas como o financiamento a escolas de tempo integral e o apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular.

“A desarticulação do MEC tem reflexos na ponta. Estados e municípios passam a não ter certeza se podem contar com o governo”, diz a presidente do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, para quem a situação atual é insustentável.

A história por trás da portaria do Saeb é sintomática. O secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, pediu em carta assinada para que o Inep não aplicasse a prova. O presidente do Inep, Marcus Vinicius, editou e assinou o ato, publicado no Diário Oficial sem a ciência do ministro e da secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, que pediu demissão.

Para o lugar de Tania Vélez escolheu um de seus ex-alunos que já fazem parte do MEC. Alexandre Ferreira de Souza é titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e pode acumular o cargo.

Os três – Nadalim, Tania e Marcus – representam os grupos de conflito dentro do MEC. Sem experiência em gestão e distante das discussões sobre políticas públicas, Vélez transformou o MEC em um mosaico, com profissionais de várias origens: militares, docentes do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), profissionais do Centro Paula Souza, de SP, ex-alunos de Olavo e também ex-alunos do próprio ministro.

Tania veio do Centro Paula Souza e Marcus é ligado aos militares. Já Nadalim é aluno de Olavo e por ele indicado, mesmo com breve experiência na escola da família, em Londrina.

Na carta ao Inep, ele argumenta que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”. Minuta da nova política de alfabetização indica preferência pelo método fônico, o que é criticado por especialistas.

Ao expor o episódio no Palácio, Vélez poupou Nadalim. Nas redes sociais, seguidores de Olavo atacaram o ministro caso Nadalim fosse demitido.

O MEC vive crise permanente desde janeiro, quando o ministro recuou de mudanças num edital de compra de livros que suprimia o compromisso com a agenda da não violência contra mulheres e permitia obras sem referências bibliográficas e com erros. Além de declarações infelizes nas duas únicas entrevistas que deu, Vélez enviou, em fevereiro, carta a escolas com o slogan da campanha de Bolsonaro e pedido de filmagem de alunos cantando o hino. O episódio causou grande desgaste.

topo ↕

METRO-DF - BRASIL

MEC recua sobre avaliação infantil

Educação. Ministro diz não ter sido informado da medida. Presidente do Inep é demitido

Em uma pasta paralisada por disputas políticas, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, voltou novamente atrás e desistiu ontem de adiar para 2021 a avaliação de alfabetização de crianças. Ele alegou não ter sido informado da medida e pediu, a Jair Bolsonaro, a demissão do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Marcus Vinícius Rodrigues - responsável por editar a portaria.

A saída de Rodrigues se soma ao pedido de demissão da secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, que resolveu, ontem, se desligar da pasta após não ter sido consultada sobre a decisão de suspender a avaliação de alfabetização. Carvalho é a quarta baixa no alto escalão do MEC.

O novo presidente do Inep deve ser o general Francisco Mamede de Brito Filho. O órgão é responsável, por exemplo, pela organização do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Imbróglio

Na segunda-feira, uma portaria do Inep trouxe mudanças no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e suspendeu por dois anos a avaliação de alfabetização no país. A medida, no entanto, gerou reações negativas, culminando na renúncia do MEC.

A justificativa da autarquia para o adiamento era que, até 2021, as escolas de todo o país teriam implantado a nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e estariam ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela Secretaria de Educação Básica.

Desprestígio

O recuo confirma o desgaste da figura de Vélez dentro da pasta. Após anunciar dois nomes para o cargo de secretário executivo do MEC de Rubens Barreto da Silva e da pastora evangélica Iole-ne Lima - e não emplacar nenhum, o ministro, por ordem do Palácio do Planalto, está proibido de fazer novas nomeações.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização

O Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que não havia sido consultado sobre a mudança. Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram rispidamente na segunda-feira. A de aguardando decisão do presidente Jair Bolsonaro. Rodrigues foi indicado pelo grupo de militares de reserva que auxilia o governo. Um ofício enviado ao Inep mostra que a mudança partiu de um pedido do secretário de Alfabetização Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Foi Nadalin quem elaborou a minuta do decreto da Nova Política de Alfabetização. O documento defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. Vélez também teria pedido a demissão de Nadalin e aguardava decisão de Bolsonaro. A decisão do ministério tomada na segunda-feira foi recebida com muitas críticas por secretários de educação e pela comunidade educacional em geral. (Agência Estado)

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Após crítica, MEC anula decisão de não avaliar alfabetização

SÃO PAULO. Após críticas, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele não foi consultado sobre a mudança. Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram rispidamente na segunda-feira em reunião que tratou da desistência em avaliar o nível de alfabetização das crianças. A demissão ainda não foi confirmada oficialmente e estaria aguardando decisão do presidente Jair Bolsonaro. Um ofício mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, sobre a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC. O texto diz que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”. Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental. Nadalin é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas.

topo ↕

O TEMPO - MG - OPINIÃO

Um novo profissional

O mundo corporativo moderno exige muitas demandas diante das mudanças do mercado consumidor e da forma como se produz bens e serviços. Para atender essas

exigências, o novo profissional precisa sempre estar atualizado, investindo em sua carreira. Por outro lado, como as tecnologias têm avançado em ritmo acelerado, as instituições de ensino procuram reavaliar suas formas de trabalho, com os educadores procurando métodos que vão além dos conteúdos curriculares tradicionais. Nesse cenário, a Educação a Distância (EaD) cresce a passos largos por não limitar as barreiras físicas. Para se ter uma ideia do universo abrangido pela EaD, em 2004 havia 60 mil estudantes matriculados nessa modalidade de ensino.

Em 2016, esse número disparou, atingindo cerca de 1,5 milhão de matrículas, e hoje alcança 1,8 milhão de alunos. De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), o número de polos de ensino cresceu ainda mais: do final de 2017 até hoje, passou de 6.000 para mais de 15 mil em todo o país.

Assim, a sobrevivência das empresas depende, hoje, da adoção de novas tecnologias exigidas pelo mercado. Nesse sentido, o profissional demandado pelo mundo corporativo precisa, cada vez mais, alinhar o conhecimento técnico (formação profissional) com a experiência prática. Quanto ao conhecimento prático, o estágio é um excelente caminho. Instituições como o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais (CIEE-MG), há mais de 40 anos no mercado, atuam para unir dois polos: educação e trabalho, oferecendo oportunidades aos estudantes que desejam praticar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.

Está comprovado que as novas tecnologias permitem avanços e que esse pensamento deve fazer parte da cultura da organização, moldando o comportamento dos colaboradores. A liderança é fundamental nesse contexto, sendo que tanto líderes como liderados devem ter a capacidade de diálogo, o que dá um estilo único à organização. Além disso, no mundo corporativo, a organização tem o dever de passar uma imagem positiva aos seus clientes, e isso fica a cargo de todos os colaboradores, desde o presidente até o mais humilde trabalhador. Outra exigência é que o gestor e sua equipe fiquem sempre atualizados e atentos às mudanças que ocorrem velozmente no mundo virtual.

Nem sempre a escola é capaz de acompanhar as mudanças que surgem constantemente no mundo do trabalho. São novos métodos e técnicas que aparecem e que exigem novos conhecimentos. Nesse cenário, entra a educação ou universidade corporativa, em que a própria corporação forma ou prepara o seu quadro de pessoal, ministrando cursos, treinamentos, palestras e seminários. Além das qualidades inerentes ao cargo que ocupa, o líder deve ser capaz de dar exemplos, enfrentar desafios e obstáculos que surgirem. Esse é o perfil do novo profissional que o mundo corporativo procura.

(*) Presidente do CIEE-MG

[topo](#)

A UNIÃO - PB - NACIONAL

Governo lança editais e assina acordos e termos para a UEPB

Ações voltadas para a área de tecnologia, lançadas pelo governador Ricardo Coutinho representam R\$ 33 milhões de investimento

O governador Ricardo Coutinho (PSB) lançou nesta segunda-feira (20), no Palácio da Redenção, quatro editais e assinou acordos e termos de concessão para incentivar projetos na área de Ciência e Tecnologia. Os editais visam apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação desenvolvidas por pesquisadores paraibanos e

ainda estabelecer melhorias na infraestrutura da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Todos os editais e os termos de cooperação estarão disponíveis no site fapesq.rpp.br.

Na oportunidade, Ricardo Coutinho também assinou Acordo de Cooperação Técnica e Acadêmica para Concessão de Quotas de Bolsas de Mestrado e Doutorado aos Programas de Pós-graduação stricto sensu acadêmico. As ações voltadas para a área de tecnologia representam R\$ 33 milhões de investimento. Ainda foi lançada a programação deste ano dos eventos nesta área, a exemplo da Robótica 2018, Expotec e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que serão realizados no estado, gerando emprego, renda e atraindo pesquisadores do Brasil e do mundo.

Estiveram presentes o vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Marcelo Morales, o presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, Jorge Guimarães, a reitora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Margareth Diniz, além de auxiliares do governo, deputados estaduais, vereadores, pesquisadores e outras autoridades da área.

De acordo com Ricardo Coutinho, o governo do estado investiu nos últimos anos cerca de R\$ 180 milhões na área de ciência, tecnologia e inovação. "É preciso dar condições para que essa área seja, cada vez mais, parte da agenda cotidiana da Paraíba. Estamos chegando aos R\$ 180 milhões de investimentos em ciência, tecnologia e inovação e somente hoje serão R\$ 33 milhões. São editais grandes, médios e pequenos, além de acordos que representam o esforço conjunto para que a Paraíba avance e se torne referência no Brasil", frisou.

O governador também destacou que a UEPB será beneficiada com ações de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa científica e aquisição de equipamentos. "Para a UEPB há projetos para montagem de laboratórios, basicamente dez projetos que congreguem diversas linhas de pesquisa. Só nesta área da UEPB são R\$ 5 milhões e vamos ter mais R\$ 800 mil para projetos de pesquisadores individuais desta Universidade", afirmou.

"Isso é uma demonstração de que esta gestão tem dado atenção para um conjunto de investimentos que são estruturantes e marcadores de novas fronteiras para o estado. Precisamos neste momento de crise lançar novos desafios em parcerias com outros setores para aumentar ainda mais nossa capacidade de gerar soluções nesta área. É a Paraíba olhando para o futuro", concluiu a secretária executiva de Ciência e Tecnologia, Francilene Procópio.

O presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq), Cláudio Furtado, comentou que o momento é bastante significativo porque reafirma o quanto o governo do estado valoriza a área de ciência, tecnologia e inovação. "Hoje são R\$ 33 milhões investidos nessa área. Podemos citar que, dos quatro editais lançados, dois são voltados para a UEPB. Além disso, firmamos parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para Núcleos de Excelência, já que o estado tem uma quantidade enorme de pesquisadores CNPq. Vamos apoiar dez núcleos de excelência e ainda teremos edital de bolsas de formação, serão 198 bolsas de mestrado e doutorado. Enfim, são diversas ações extremamente importantes", pontuou.

"É muito relevante que haja desenvolvimento científico para alavancar a economia e o

desenvolvimento social. Os governos estaduais, através do CNPq, estão firmando parcerias para a vinda de recursos para que a pesquisa se desenvolva. Hoje firmamos acordo relacionado aos fitoterápicos que é algo que a Paraíba tem aptidão em pesquisas e por isso é fundamental o apoio", falou o vice-presidente do CNPq, Marcelo Morales.

Para o presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Jorge Guimarães, todo tipo de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação merecem apoio e o estado está de parabéns por manter estes incentivos. "É um prazer fazer parte, junto com a Fapesq, do lançamento destes editais e acordos que ajudam a qualificação da educação, do empreendedorismo, ciência e tecnologia. O desenvolvimento científico e tecnológico vem trazendo frutos bastante relevantes para o estado e a sociedade", observou.

Editais

- Edital de Centros Estaduais Multiusuário: voltado para centros que agreguem vários grupos de pesquisa da UEPB, os recursos visam aquisição de equipamentos de grande porte que possam ser utilizados de forma coletiva por grupos de pesquisas voltados para áreas prioritárias para o estado. Valor: R\$ 5 milhões.

- Edital de apoio à Aquisição de equipamentos da UEPB: Visa atender as células menores de pesquisa da UEPB, ou seja, os grupos de pesquisa, em todo o estado. O valor global do edital é de R\$ 800 mil.

- Edital Pronex CNPq/Fapesq: Visa atender Núcleos de Excelência da Paraíba. Consiste de núcleos constituídos de pesquisadores de várias instituições de pesquisa do estado. Estes núcleos têm colaboração nacional e internacional na área de sua atuação e cada um tem na faixa de 50 ou mais pesquisadores. O valor total da proposta é de 4,5 milhões.

- Edital de Bolsas de Formação **Capex**/Fapesq 2018: O edital visa a concessão de cotas de bolsas aos programas de pós-graduação na Paraíba. São 198 bolsas, sendo 104 de doutorado e 94 de mestrado.

Termos de cooperação e concessão

- Termo de Cooperação com a Embrapii com objetivo de estabelecer as condições para selecionar e apoiar atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em fase pré-competitiva, em cooperação com empresas do setor industrial e Unidades Embrapii localizadas na Paraíba. A ideia deste termo é dentro de programas da Fapesq destinar bolsas para execução mais voltada para solução de problemas na indústria.

- Termo de Cooperação com CNPq dentro do edital Inct Cnpq/Mctic/**Capex**/Finep/Fapesq 2014 que visa a implantação de Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. A Paraíba teve uma proposta da rede Renofito de fitoterápicos.

- Termo de Cooperação Fapesq/RNP cessão de pares da metro CG para instalação do programa de vídeo monitoramento das 145 câmeras de Campina Grande. A ideia é interligar o sistema de câmeras à rede já existente para garantir banda para implantação das câmeras. Isso marca o início do processo de construção do projeto com a ida do

termo de referência e o envio do processo para Central de Compra.

- Termo de Concessão de dois projetos na chamada Fapesq/Confap-MRC: Health Systems Research Networks, Dentro do Fundo Newton com Reino Unido. São dois projetos coordenados por pesquisadores paraibanos com outras FAPs do Brasil e com Reino Unido:

a) Evaluating the impact of the Mais Médicos (More Doctors) programme in Brazil (Avaliando o impacto Programa Mais Médicos no Brasil). Projeto conta com financiamento Fapesq, FAPDF, Fundo Newton no valor 300 mil libras em 36 meses.

b) Unpacking the effect of the national pay for performance scheme (PMAQ) on inequalities in the financing and delivery of primary care in Brazil (Desembalando o efeito do regime nacional de remuneração por desempenho) sobre desigualdades no financiamento e prestação de atenção primária no Brasil).

topo ↕

O SUL - RS - TEMPO REAL

A Uergs abre inscrições para o seu novo mestrado profissional nas áreas de Engenharia, Ciências, Tecnologia e Matemática

Nesta sexta-feira, a Uergs (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) abre inscrições para o seu novo curso de mestrado profissional em docência de Engenharia, Ciências, Tecnologias, e Matemática. Segundo a instituição, o foco é a qualificação de professores que já trabalham ou pretendem atuar com Educação Básica e Ensino Superior.

O prazo termina no dia 26 de abril e o começo das aulas está marcado para agosto, na unidade de Guaíba, com duração total de 24 meses, incluída a apresentação e defesa da dissertação de mestrado. São 15 vagas (mediante critérios de seleção definidos em edital). A coordenação geral do curso é do professor Luciano Andreatta Carvalho da Costa.

A modalidade receberá graduados de cursos das áreas de Engenharia e Ciências Exatas (Física, Química, Matemática e Informática) com interesse na docência em cursos técnicos de nível médio e em cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados nas áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas.

Os candidatos podem optar por duas linhas de pesquisa: Tecnologias Digitais na Prática Docente; e Epistemologias e Metodologias na Prática Docente. De acordo com a Uergs, a intenção é priorizar a sala de aula e os processos de ensino e aprendizagem como objeto de pesquisa para reflexão e proposição de novas metodologias. O edital com as informações sobre o processo seletivo está disponível no site www.uergs.rs.gov.br.

Perfil institucional

Organizada sob a forma de fundação de direito privado, conforme seu Estatuto, decreto nº. 43.240 de 15 de julho de 2004, a Uergs é mantida pelo poder público estadual e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

A instituição está estrategicamente localizada em 24 municípios gaúchos: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Botucaraí – Soledade, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Guaíba, Litoral Norte – Osório,

Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sananduva, Santa Cruz do Sul, São Borja, São Francisco de Paula, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga, Tapes, Três Passos e Vacaria.

Os cursos ministrados incluem bacharelado, licenciatura e tecnólogo, nas áreas das Ciências Humanas, da Vida e do Meio Ambiente, das Exatas e Engenharias. Oferece, em convênio com a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, um Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para tecnólogos e bacharéis que atuam em Escolas Técnicas e Institutos Federais de Educação Superior.

Metade das vagas é reservada para pessoas economicamente hipossuficientes, incluindo a cota para negros e indígenas, de acordo com a população no Estado (definida com base nos dados do IBGE), além de 10% para pessoas com deficiência.

Também oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização), nas sete regiões em que está presente, nas três áreas de conhecimento em que já oferta cursos de graduação. Em 2016, a Universidade abriu seu primeiro curso de Mestrado, em Ambiente e Sustentabilidade, na Unidade em São Francisco de Paula.

topo ↕

VISÃO - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

“Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”, diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira (25).

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves problemas que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos

testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).(G1)

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

CNE diz que não tem competência para fixar valores de custo por aluno

O Conselho Nacional de Educação (CNE) se declarou incompetente “para definir o valor financeiro e precificação do Custo Aluno Qualidade Inicial [CAQi]”. A atribuição foi estabelecida há nove anos pelo próprio CNE, em decisão de sua Câmara de Educação Básica, mas nunca foi efetivada.

O CAQi definiria quanto o país deveria investir no mínimo por aluno ao ano nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio das redes públicas de todo o território, em regra, vinculadas às prefeituras municipais ou aos governos estaduais.

“Não é competência [do CNE] estabelecer valores financeiros. Isso seria inconstitucional. Não sabemos quais são as fontes orçamentárias para que estados, municípios e mesmo a União possam cumprir o que está definido”, disse a relatora do parecer no CNE, Maria Helena de Castro, ex-secretária-executiva do Ministério da Educação.

O parecer foi apresentado hoje (26) em reunião extraordinária na sede do CNE em Brasília e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes integrantes da Câmara de Educação Básica. Segundo Maria Helena, o conselho não tem meios para estabelecer os valores do CAQi, assim como do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). “Não dispomos nem das fontes de receita e nem de acesso às informações orçamentárias do planejamento educacional”.

Além da falta de informações sobre a disponibilidades de recursos, a relatora ressalta que o estabelecimento de valores depende de condições locais. “Qual o número de alunos por sala de aula que vai valer desde o interior do Pará e da Amazônia até o Rio Grande do Sul?”, pergunta “Isso é muito difícil de ser feito porque o Brasil é muito grande e muito desigual”, assinala.

De acordo com Maria Helena de Castro, também é necessário que o Congresso Nacional aprove lei complementar prevista no Artigo nº 23 da Constituição Federal que prevê a fixação de “normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

Críticas

A decisão foi criticada em “resposta pública” da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entidade da sociedade civil que na década passada articulou a criação do CAQ e do CAQi.

Para o cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha, o CNE “se eximiu de

obrigações”, previstas no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Cara acrescenta que o CNE tomou a decisão para “sair da responsabilidade solidária que tem em diversas ações judiciais que determinam transferências de recursos para estados e municípios”.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Presidente do Inep é exonerado

Portaria foi publicada em edição extra do Diário Oficial

O professor Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues foi demitido hoje (26) do cargo de presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A portaria assinada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Rodrigues assumiu o cargo no último dia 22 de janeiro, em substituição a Maria Inês Fini, que ocupava a presidência do Inep desde 2016.

Doutor em Engenharia da Produção e mestre em Administração de Empresas, Rodrigues foi professor da Fundação Getúlio Vargas.

O Inep é vinculado ao Ministério da Educação e responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica

Alexandro Ferreira de Souza é secretário de Educação Profissional e Tecnológica e irá acumular nova função

SÃO PAULO - Ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu nesta terça-feira, 26, a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de avaliação. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a "interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis". Na manhã desta terça, o Ministério da Educação (MEC) voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho "A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia". Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

Baixas

Há duas semanas, o MEC vem sofrendo uma série de demissões por conta de disputas internas dentro da pasta. Há dificuldade em encontrar novos nomes para assumir os cargos vagos.

Tania foi diretora em uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista. Ela fazia parte do grupo técnico do MEC, que já teve outras baixas. A principal delas foi a demissão do ex-dirigente do centro, Luiz Antonio Tozi, do cargo de secretário executivo.

Tozi foi demitido a pedido do presidente Jair Bolsonaro. O grupo técnico ao qual pertencia tem rivalizado internamente com os simpatizantes de Olavo de Carvalho, considerado o guru dos bolsonaristas. Foram eles que defenderam a mudança na avaliação da alfabetização nacional.

Na semana passada, Iolene Lima, que era diretora de formação e muito próxima de Tânia, foi demitida. Ela tinha sido anunciada pelo ministro Vélez como substituta para o cargo de secretário executivo, que permanece vago há 15 dias.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Presidente do Inep é exonerado após suspensão de avaliação ser revogada
Marcus Vinicius Rodrigues é mais uma demissão na pasta da Educação, que passa por crise**
Brasília

Um dia depois de cancelar a avaliação federal de alfabetização, o Ministério da Educação revogou a medida, em um novo recuo do ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O episódio culminou na demissão do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Marcus Vinicius Rodrigues, na noite desta terça-feira (26) – foi ele quem assinou a portaria que suspendia a avaliação.

A decisão pela demissão de Rodrigues ocorreu já na segunda (25), depois de discussão dele com Vélez. O ministro não teria ciência da suspensão da avaliação e não gostou de não ter sido comunicado.

O pedido para que a avaliação fosse suspensa, no entanto, partiu do MEC. Foi o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, quem pediu ao Inep para não realizar a prova.

Apesar da decisão da demissão ter sido tomada na segunda, Rodrigues tentou articular sua permanência no cargo em visita na Casa Civil. Não deu certo.

Ligado aos militares, Rodrigues é professor da FGV e acompanha as discussões da área desde antes da transição de governo. O general Francisco Mamede de Brito Filho é cotado para assumir o cargo. Atualmente, ele é chefe de gabinete do órgão.

Na segunda, a secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, já havia pedido demissão. Ela não havia sido consultada sobre a mudança na avaliação da alfabetização.

Para a secretaria de Educação Básica, Vélez escolheu um de seus ex-alunos que já fazem parte do MEC. Alexandre Ferreira de Souza é titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e pode acumular o cargo.

O episódio da avaliação da alfabetização escancara um cenário de desarticulação dentro da pasta, disputas internas, e riscos para ações educacionais do país.

A própria permanência de um ministro enfraquecido, sem autonomia para tomar decisões próprias, expôs um MEC refém da articulação do grupo mais ideológicos dentro do governo.

Com ataques nas redes sociais e proximidade com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e seus filhos, esse grupo, ligado ao escritor Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo, têm conseguido eliminar um a um os servidores tachados como inimigos.

Além de suspender a prova de alfabetização, a portaria de segunda-feira (25) trazia as regras para a realização do Saeb, avaliação federal usada para o cálculo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação). Toda a portaria foi tornada sem efeito nesta terça.

Atores do debate educacional têm subido o tom nas críticas. Os secretários de Educação reclamam da saída de pessoas com quem vinham conversando e da falta de clareza, mesmo após quase três meses de governo, sobre a continuidade de programas como o financiamento a escolas de tempo integral e o apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular.

A presidente do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, diz que os sinais recentes são de um MEC inoperante. “A desarticulação do MEC tem reflexos na ponta porque estados e municípios passam a não ter certeza se podem contar com o governo federal”, diz ela. Priscila diz que a situação atual é insustentável.

“Temos defendido uma nova equipe para o MEC, com nova liderança, novos secretários. O ministro não tem mais condições de atrair uma boa equipe, ficou evidente que ele não tem perfil para o cargo.”

Os três envolvidos no episódio da avaliação da alfabetização –Nadalim, Tania e Rodrigues– representam de certa forma os grupos de conflito dentro do MEC.

Sem experiência em gestão e distante das discussões sobre política pública, Vélz transformou o MEC em um mosaico, com profissionais de várias origens: militares, docentes do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), profissionais do Centro Paula Souza, de SP, ex-alunos de Olavo e também ex-alunos do próprio ministro.

Aluno de Olavo de Carvalho, Nadalim foi poupado. Olavistas tem feito pressão por cargos e influência no MEC depois que demissões atingiram integrantes do grupo.

O MEC vive crise permanente, que nasceu em janeiro, quando o ministro recuou sobre mudanças em edital de compra de livros que suprimia o compromisso com a agenda da não violência contra mulheres e permitia obras sem referências e com erros. Em fevereiro, o MEC enviou carta a escolas com slogan da campanha de Bolsonaro e pedido de filmagem de alunos cantando o hino. O episódio causou grande desgaste e provocou novo recuo.

O novo capítulo da crise começou no dia 8 deste mês, com uma dança de cadeiras. Mas as demissões precisam ser entendidas por fases:

- 1) O ministro decide trocar pessoas de seu gabinete após paralisia do MEC e repercussão negativa de ações ideológicas. O processo atingiu alunos de Olavo;
- 2) Olavistas passaram a coordenar ataques ao ministro e a integrantes ligados aos militares e a técnicos do Centro Paula Souza;
- 3) A pressão olavista chega ao presidente, que exige a demissão de quem os olavistas apontavam como culpados por uma suposta perseguição ao grupo, o que inclui militares e técnicos do Paula Souza;

Nesse processo já são 15 exonerações até agora. Para se manter no cargo, o ministro perdeu a autonomia para montar a equipe. Não conseguiu nomear duas pessoas anunciadas para secretária-executiva. O cargo, considerado o nº 2 do MEC, está vago desde o dia 12.

A permanência de Vêlez até agora é explicada por interlocutores dentro do MEC e da Casa Civil por dois fatores. O primeiro é a confiança de Bolsonaro de que Vêlez não irá abrir mão da agenda antiesquerda. O outro fator é o apadrinhamento e a consequente tutela conquistada pelo grupo olavista.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Vaivém do MEC indica falta de projeto para a educação

Sem produzir políticas de impacto, avaliações educacionais se tornaram inconvenientes

O vaivém nas decisões do Ministério da Educação, que suspendeu por dois anos a avaliação do ensino básico para voltar atrás na decisão, 24 horas depois, é coerente com a dificuldade do Estado brasileiro em priorizar um setor estratégico para o desenvolvimento.

Cancelar um exame que acompanha o desempenho dos estudantes brasileiros combina com o perfil anti-intelectual da atual administração, que parece privilegiar crença no lugar de ciência, ou seja, métricas e avaliações são de pouca serventia.

A questão, no entanto, extrapola o governo em exercício, porque evidência a falta de um projeto educacional para o país.

Os resultados de exames nacionais e internacionais têm demonstrado seguidamente que o desempenho dos estudantes brasileiros é muito fraco, ainda que tenha melhorado entre alunos dos primeiros anos do ensino fundamental.

Relatório de 2018 do Banco Mundial sobre aprendizado dá a dimensão do nosso atraso. Ainda que tenha havido progresso nas habilidades de brasileiros de 15 anos, o ritmo de melhoria é tão lento que eles levarão 75 anos para alcançar o mesmo desempenho em matemática de seus pares de países ricos.

Em leitura, o quadro é ainda pior: os estudantes do país podem demorar 260 anos para atingir o patamar dos jovens de nações desenvolvidas.

Fugir de comparações não traz alívio. Dados da última avaliação do Saeb (Sistema de

Avaliação da Educação Básica), de 2017, apontaram que o desempenho dos estudantes do ensino médio das redes públicas estaduais caiu em matemática (pela quarta vez consecutiva) e em língua portuguesa.

Nos últimos dez anos, a proficiência dos alunos do ensino médio em matemática piorou e, em língua portuguesa, se manteve estável em sua miséria.

Ou seja, se sabemos há pelo menos dez anos que a coisa vai mal, e ela continua mal, é porque a reação do Estado a estas avaliações, ao sabor do governo da vez, foi incapaz de produzir políticas públicas à altura do desafio que esses diagnósticos escancararam.

Sem grande efeito, as avaliações se tornaram inconvenientes --um estorvo a atrapalhar nossos devaneios de gigantismo.

Afinal, são essas crianças e esses jovens mal formados que farão a economia brasileira girar nas próximas décadas. E, se o Brasil é lanterna na principal avaliação internacional da educação básica, o Pisa, não dá pra dizer que não fomos avisados da nossa desvantagem na bolsa global de futuros.

Estudo da Universidade de Sussex, no Reino Unido, atesta novamente a nossa tragédia ao mesmo tempo em que aponta um caminho.

Realizada em parceria com o National Institute of Economics and Social Research, a partir de dados de 35 países, a pesquisa encontrou uma correlação entre a valorização dos professores e o desempenho dos estudantes em avaliações internacionais, e desenvolveu o Índice Global do Status do Professor.

Adivinha quem é o último colocado do ranking de valorização do professor? Acertou, Brasil.

Dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para 40 territórios apontam que o salário médio anual dos professores brasileiros (US\$ 13,9 mil) é o quarto pior do grupo, perdendo, por pouco, para Letônia (US\$ 12,9 mil), Lituânia (US\$ 12,5 mil) e Eslováquia (US\$ 12,7). Ainda assim, está muito abaixo daquele pago a professores do Chile (US\$ 23,4 mil), de Portugal (US\$ 32,8 mil) e da Austrália (US\$ 41,7 mil).

Não à toa, apenas 2,4% dos jovens brasileiros de 15 anos querem ser professores, segundo pesquisa da OCDE. Dez anos atrás, o índice era de 7,5%. Os mais interessados no magistério são justamente aqueles com as piores notas no Pisa. Alguém acha que isso vai dar certo?

Somos a oitava economia do mundo. O gasto em educação do Brasil (5,5% do PIB) é similar ao gasto médio dos países membros e parceiros da OCDE (5% do PIB). Mas o gasto médio anual por aluno é bem mais revelador: US\$ 3.800 no Brasil contra US\$ 9.400, em média, entre países membros e parceiros da OCDE.

O Brasil agora aspira se juntar a este grupo, espécie de elite das nações, com um empurrãozinho do presidente norte-americano Donald Trump. Apenas neste texto foram citados três dos muitos estudos da OCDE sobre educação, o que evidencia o peso dado

a este setor quando o assunto é desenvolvimento econômico.

Cancelar a avaliação da educação básica é estratégia fácil para dar sobrevida ao ufanismo nacionalista. Encarar seus próximos resultados com o compromisso que eles demandam é a tarefa que já não pode mais esperar.

Fernanda Mena

Jornalista, foi editora da Ilustrada. É mestre em sociologia e direitos humanos pela London School of Economics.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Entenda os 85 dias de crise de Vélez no ministério da Educação em gráfico Ministro anulou portaria que suspendia avaliação de alfabetização e provocou demissão

SÃO PAULO

O ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, vem acumulando uma crise atrás da outra nos 85 dias de gestão à frente da pasta. A última polêmica ocorreu na área da alfabetização.

Um dia depois de cancelar a avaliação federal de alfabetização, o ministro revogou a medida, em um novo recuo. O episódio culminou na demissão do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Marcus Vinicius Rodrigues, na noite desta terça-feira (26) –foi ele quem assinou a portaria que suspendia a avaliação.

Entenda no gráfico abaixo a crise institucional do MEC



topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

O ministro é gerencialmente incompetente, diz ex-dirigente do Inep sobre Vélez Rodríguez

Exonerado nesta terça-feira, Marcus Vinicius Rodrigues afirmou que titular da Educação não tem poder de gestão nem controle emocional para conduzir a área
BRASÍLIA - Demitido pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, da presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues afirmou ao GLOBO que o ex-chefe é "gerencialmente incompetente" e "não tem controle emocional" para comandar a educação brasileira. Ele disse que a portaria suspendendo a avaliação da alfabetização no país este ano, apontada como motivo da demissão, foi apenas um "pretexto" de Vélez para retirá-lo do cargo.

Segundo Marcus Vinicius, a suspensão dos testes para crianças de 7 anos, que estão aprendendo a ler e escrever, foi um pedido do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, que é muito próximo a Vélez, e que dificilmente o ministro não teria sido informado da medida pelo auxiliar. Vélez alegou internamente que foi surpreendido, após repercussão negativa da portaria publicada na segunda-feira, que ele revogou no dia seguinte.

Apesar de classificar Vélez como uma "pessoa do bem", Marcus Vinicius desqualificou a formação acadêmica do ministro, dizendo que ele "não teve acesso a boas faculdades" e diz que Vélez é "refém" das próprias limitações.

A demissão de Marcus Vinicius abre mais uma crise dentro do MEC, que desde o início do mês está conflagrado por uma disputa de espaço entre diferentes grupos: a ala técnica, os militares e os seguidores do ideólogo Olavo de Carvalho, que compõem o núcleo ideológico da pasta. Marcus Vinicius é doutor em Engenharia de Produção e foi professor da Fundação Getúlio Vargas.

Por que o senhor foi demitido?

A minha demissão é um processo de crise que já vem desde o início, a partir do momento em que eu não aceitei as indicações do ministro com caráter ideológico para ocupar diretorias (do Inep). Acho que foi exatamente nesse momento que o processo de distanciamento teve início. O ministro me fez várias indicações de profissionais que tinham uma postura ideológica não adequada para gestão. E eu entendi que isso não seria adequado para a educação do Brasil.

Uma dessas indicações foi do Murilo Resende, ligado a Olavo de Carvalho que iria assumir a coordenação do Enem?

Sim. O Murilo, apesar de uma boa formação, não tinha perfil para um cargo tão relevante.

Mas o governo aponta que a demissão ocorreu porque o senhor publicou a portaria que suspendeu a avaliação da alfabetização prevista para este ano e que foi revogada pelo próprio ministro no dia seguinte.

A portaria foi apenas um pretexto, mesmo porque o Inep não cometeu nenhum erro. A portaria começou a ser feita há aproximadamente três semanas por uma equipe do Inep com uma equipe do MEC, ligada à Secretaria de Alfabetização. Eles chegaram a uma minuta da portaria. Essa minuta foi analisada na terça-feira por mim. Eu senti falta de referência da medição da alfabetização. Os diretores do Inep que estavam na reunião disseram que essa era a postura da Secretaria de Alfabetização. Na dúvida, eu pedi ao senhor (Carlos) Nadalim, que é o titular (da Secretaria de Alfabetização do MEC), que me mandasse isso formalmente. E ele me mandou um ofício muito claro dizendo que a Secretaria de Alfabetização estava pedindo ao Inep para não inserir a medição da alfabetização.

O ministro alegou que não sabia da suspensão da avaliação. Ele foi surpreendido com a medida?

Eu não posso dizer que ele não sabia. Mas o secretário de Alfabetização é provavelmente o colaborador mais próximo do ministro hoje. Os dois moravam na mesma cidade, são grandes amigos. Acho que dificilmente o Nadalim não tenha informado ao ministro sobre uma coisa tão importante. Mesmo porque o Nadalim não foi punido. Se o Nadalim tivesse traído o ministro, provavelmente seria exonerado.

O senhor acha então que a demissão foi um ato injusto para dar uma satisfação em meio à polêmica?

A minha demissão não foi uma injustiça. Foi um ato de incompetência gerencial de um ministro que não tem poder de gestão, não tem controle emocional para dirigir a Educação do Brasil. Pesou o fato de eu ser ligado à ala militar; de ser amigo do grande profissional que é o (Antonio Flávio) Testa (sociólogo que trabalhou desde a campanha e foi dispensado por Veléz durante a transição após um desentendimento). E pesou o fato de termos um modelo de gestão aplicada no Inep muito destoante do que vem sendo aplicado no MEC.

O ministro tem competência para ocupar o cargo atual?

É uma pessoa do bem, tem boa vontade. Mas o ministro Ricardo é gerencialmente incompetente. Ele não tem conhecimento de gestão, além de não ser um educador. Isso faz com que ele não consiga gerenciar o dia a dia em um governo tão importante, que está tentando recuperar o Brasil.

Quais problemas essa falta de gestão provocará?

Os problemas já começam agora, com as entregas que deveriam ser realizadas. Provavelmente o MEC vai entregar muito pouco. A educação é um das bandeiras do governo Bolsonaro, pelo qual trabalhei desde julho e vou continuar trabalhando. É uma alternativa para o Brasil. Infelizmente, alguns cargos vitais, como na Educação, estão sendo ocupados por pessoas honestas, de boa vontade, mas sem habilidade gerencial e sem uma inteligência emocional adequada.

O ministro está refém do grupo ideológico?

O ministro está refém dele mesmo, das limitações dele. Todos nós temos limitações. O ministro não teve acesso a boas faculdades, não teve avesso a uma formação densa. E isso faz com que não tenha uma visão global.

A produção acadêmica do ministro na plataforma Lattes teria sido inflada, segundo informações da imprensa. O senhor concorda?

Nunca me considerei um educador ou intelectual. Meu doutorado é na Coppe (instituto de pós-graduação e pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), fui professor durante 20 anos na Fundação Getulio Vargas. O ministro tem o doutorado dele na Gama Filho, essa instituição já fechou. No currículo dele, a maior parte das aulas (dadas) foi na Universidade (Federal) de Juiz de Fora, que é uma grande universidade, sim, e em uma instituição de pequeno porte em Maringá. Essa falta de experiência do ministro, sem uma formação densa, com publicações limitadas, sem conhecimento de gestão, prejudica a visão que ele tem do Brasil e da educação brasileira. Não vejo como ter uma gestão de sucesso.

O senhor disse que vai continuar colaborando com o governo. Vai ocupar algum outro cargo?

Quero tirar um mês de férias e depois colocar meus negócios em dia. Voltar para a minha empresa. Pretendo continuar apoiando o governo e, caso seja adequado, não agora, mas no futuro, voltar a ajudar na própria máquina pública.

topo ↗

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Consed : "MEC não tem comando nem política para educação"

SÃO PAULO - Após sucessivas tentativas de apresentar sua agenda ao novo governo, os secretários estaduais de educação abandonaram o tom usualmente brando sobre o Ministério da Educação (MEC) comandado por Ricardo Vélez Rodríguez. "Eu tenho a impressão de que não existe um comando no MEC nem política de governo para a educação", afirma Cecilia Motta, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

O Consed faz a ponte entre os Estados e o MEC e tem tentado articular, desde o início da nova gestão, a continuidade de políticas que dependem de apoio financeiro e técnico.

"Fizemos uma reunião com o Tozi [Luiz Antonio Tozi, secretário-executivo] e quando saímos do avião soubemos que ele tinha sido demitido. Tínhamos uma reunião marcada para quarta-feira com a Tania [Tania Leme de Almeida, secretária de educação básica], quando ela deveria apresentar um retorno sobre os nossos pedidos, e veio essa notícia de seu pedido de demissão", relata.

Para Cecilia, a decepção que se tem no momento é com a pouca atenção dada pelo MEC às questões que de fato importam para melhorar a educação brasileira. "O que nós tínhamos entendido é que teríamos um governo de consenso e não de radicalismos para um lado e para o outro", afirma ela, referindo-se às brigas recentes entre os diversos núcleos do MEC, formado por olavistas, militares e profissionais de perfil técnico. "São forças que não debateram, em nenhum momento, a aprendizagem dos alunos", completa.

A presidente do Consed também diz que a falta de disposição ao diálogo, até o momento, contraria o que tem sido feito nos últimos anos. "Falamos tanto em regime de colaboração da União, Estados e municípios, tanto nas questões financeiras e técnicas que precisam de apoio do MEC, e não tivemos retorno sobre nenhuma delas", diz.

Metodologia fônica

Cecilia também critica as sinalizações de que o MEC irá impor a metodologia fônica no programa nacional de alfabetização que deverá ser lançado em breve. "Espero que não exista nenhum tipo de vinculação entre adesão a esse método para receber financiamento. O MEC não tem de impor nada, a autonomia é do professor na sala de aula", afirma.

A presidente do Consed também mostra receio quanto ao andamento das avaliações de aprendizagem realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep). "A avaliação externa, feita por especialistas do Inep, é muito importante, para entendermos as deficiências dos alunos. Nem todos os Estados e municípios podem fazer suas próprias avaliações", afirma.

Na segunda-feira (25), o Inep publicou as regras gerais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que mede a cada dois anos, com divulgação dos resultados no ano posterior, os níveis de aprendizagem de alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e das 3ª e 4ª séries do ensino médio. Entre as mudanças previstas, estava o adiamento para 2021 das provas para medir a alfabetização.

Após ampla repercussão, que resultou no pedido de demissão da secretária de educação básica, Tania Leme de Almeida, o MEC revogou hoje a portaria com as regras do Saeb para 2019.

Desvinculação dos gastos

Paralelamente às queixas da relação com o MEC, o Consed também divulgou uma nota técnica criticando a possibilidade de desvinculação dos gastos do orçamento, defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. "É plausível que, ao longo do tempo, esse impacto acentue a redução dos investimentos federais em educação", diz o documento.

Segundo o Consed, de 2015 para 2017, as despesas totais da União com manutenção e desenvolvimento do ensino decresceram 18% em termos reais; nos Estados e Distrito Federal, caíram 10%; e, nos municípios, 6%. "No caso da União, é inclusive necessário observar o impacto da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que, já efetiva, em parte, desvinculação das receitas de impostos da União para a manutenção e desenvolvimento do ensino", destaca a nota.

Programas

Entre as questões pendentes de uma decisão do MEC para os Estados está o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que neste ano seria responsável por elaborar os novos currículos do ensino médio público. Na gestão anterior, de Rossieli Soares, os Estados receberam R\$ 100 milhões da União para a etapa anterior desse processo, que foi a elaboração dos currículos dos ensinos infantil e fundamental.

Os Estados também pedem continuidade de apoio financeiro ao ensino médio em tempo integral, também instituído por Rossieli, assim como outras iniciativas mais antigas, como Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Chamado de "incompetente" por ex-auxiliar, ministro da Educação é ouvido na Câmara. Veja ao vivo

A Comissão de Educação da Câmara ouve, neste momento, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez. A gestão do ministro da Educação é considerada a mais tumultuada do atual governo, com mudanças quase diárias na cúpula. Exonerado ontem por Vélez, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, chamou o ministro de "gerencialmente incompetente". As várias baixas decorrem, em parte, pela influência do escritor Olavo de Carvalho, responsável pela indicação de Vélez para o cargo.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Militar deve ser o novo presidente do Inep

General Francisco Mamede de Brito Filho, já foi chefe do Estado maior do Comando Militar do Nordeste

AE Agência Estado

O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ser o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ele

atualmente é o chefe de gabinete no órgão. O general entraria no lugar do engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que foi demitido ontem pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O ex-presidente do Inep foi o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças, revelada ontem (25/3) pelo Estado. A medida foi revogada nesta terça-feira (26/3). A exoneração dele, no entanto, ainda não foi publicada.

O Inep é considerado a autarquia mais importante do MEC porque é responsável pelas avaliações, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e por todos os dados da educação brasileira.

Brito Filho é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

Ele é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França. Tem experiência na área de Defesa e atuou em planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Guias de alfabetização de crianças indígenas são lançados na Argentina O material deve servir de base para ensinar uma segunda língua (o espanhol ou qualquer outra) a meninos e meninas que têm como idioma materno algum dialeto indígena, inclusive no Brasil

Córdoba, Argentina - A qualidade do ensino do português e do ensino do espanhol está no radar da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que pretende também promover o ensino do idioma lusitano nos países hispanoparlantes e vice-versa. A começar pelas zonas de fronteira entre o Brasil e as nações da América Latina e entre Portugal e Espanha. “Acabamos de iniciar um projeto para estimular o ensino do espanhol e do português nas escolas de fronteira, por meio de trocas”, indica Mariano Jabonero, secretário-geral da OEI.

A entidade tem se preocupado também com garantir um bom aprendizado e boa alfabetização nessas línguas em comunidades indígenas, em que as crianças, em muitos casos, aprendem a falar em idiomas nativos antes de dizer as primeiras palavras em português ou em espanhol. Por causa disso, a OEI, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o Conicet (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas, em tradução livre) apoiaram, na Argentina, a elaboração e a publicação de uma série de guias com o objetivo de auxiliar professores que atuam em escolas onde os alunos têm outro idioma materno e que precisam aprender o espanhol como segunda língua.

São as cartilhas Dany, que contam com versões para os alunos, a serem usadas em sala de aula, e edições próprias para docentes, com orientações de como aplicar o material. A série de publicações foi apresentada nesta terça-feira (26) durante o Festival da Palavra, que ocorre na cidade argentina de Córdoba, entre os preparativos para a oitava

edição do Congresso Internacional da Língua Espanhol (Cile), que começa nesta quarta-feira (27). A série Dany é uma proposta pedagógica que promove a educação intercultural bilíngue, voltada a docentes dos primeiros dois anos da educação básica e, claro, destinada a meninos e meninas cuja língua materna seja indígena. A constituição da Argentina garante aos povos originários o direito a uma educação bilíngue e intercultural.

Uma das responsáveis pela publicação é Gladys Ojea, doutora em filosofia e letras e pesquisadora do Conicet. Ela explica que a série foi elaborada sem palavras, seguindo a ambição de que os guias sirvam para promover a alfabetização em outras línguas além do espanhol. “Temos a missão ou a ilusão de que o Dany possa ser usado para ensinar outros idiomas como segunda língua, por isso é um livro de imagens”, diz. Assim o material poderia ser usado por profissionais brasileiros que dão aulas para indígenas. “Pode ser usado, mas, claro, com adaptações para o contexto”, aponta Verona Batiuk, especialista em educação infantil do escritório da OEI em Buenos Aires.

Imersão

O contexto das crianças indígenas da Argentina foi fundamental para a elaboração da série Dany, que foi toda produzida a partir da realidade de um menino indígena. “O Dany é uma criança de verdade. Com autorização e ajuda da família, acompanhamos toda a rotina dele e foi com base nisso que elaboramos as ilustrações. A família ajudou a fazer o livro”, conta Gladys Ojea. “Recuperamos o material cultural dessa criança, as lendas da comunidade, os costumes”, afirma.

Gladys e o resto da equipe desenvolveram um trabalho ao longo de dois anos, com práticas em escolas em zonas rurais da Argentina, que contam com estudantes indígenas, para preparar o guia. “Nesse tipo de colégio, é preciso ter uma educação, pelo menos, em duas línguas: a alfabetização na língua materna e o ensino da segunda língua”, afirma. Nesses locais, como explica Gladys, o nível de conhecimento dos estudantes em espanhol varia muito. “Às vezes, os alunos não têm qualquer contato com essa segunda língua. Outras vezes, têm algum contato e conseguem inclusive entender, mas não falar. Em outros casos, conhecem bem. Então, temos que lidar com diferentes níveis na mesma sala de aula”, aponta.

“Não é o mesmo trabalhar com crianças com as quais você consegue conversar e com as quais você não consegue”, compara. Para ajudar os professores a lidar com esse desafio da melhor maneira possível, os guias Dany foram elaborados de forma que sejam aplicáveis a estudantes em todas as etapas; com exercícios e atividades próprias para cada um dos três níveis: 1) nenhum conhecimento de espanhol; 2) algum conhecimento de espanhol; 3) bom conhecimento do espanhol. Um aspecto interessante é que, segundo Gladys, isso permite que o material seja benéfico, inclusive, para as crianças que já que falam espanhol.

Verona Batiuk, especialista em educação infantil do escritório da OEI em Buenos Aires, observa que há muitos aspectos específicos dessas escolas que atendem a indígenas. Por isso, conhecer o contexto dessas comunidades é tão importante. “Havia escolas com salas que reuniam crianças de diferentes idades e de diferentes linguagens, com calendário de aula muito interrompido. Isso porque as chuvas definiam se essas escolas funcionariam ou não, tanto pela estrutura quanto pelas estradas para chegar ao colégio”, exemplifica.

Em geral, destaca Verona, as escolas indígenas são as que enfrentam as maiores precariedades em termos de materiais e de estrutura. A fim de pensar maneiras de melhorar a alfabetização na língua materna e na segunda língua é que se executou um projeto piloto na região do Chaco, na Argentina. Ali, as 300 escolas da área, por meio de 396 professores, atendem 1.800 crianças.

É interessante ressaltar que entre o total de educadores, 86 são “docentes auxiliares aborígenes”, que são indígenas da comunidade convidados a auxiliar as atividades em sala de aula. Os outros 310 professores são profissionais da área da educação. “Os governos fizeram um esforço para designar um número crescente de professores assistentes indígenas que, na maioria dos casos não têm formação”, diz Verona.

*A jornalista viajou a convite da OEI

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Após atrito com Vélez, presidente do Inep é exonerado do cargo Marcus Vinicius teria sido o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi exonerado do cargo na noite desta terça-feira (26/3). Conforme adiantou o Correio, ele entrou em atrito com o ministro da Educação, Ricardo Vélez. Pela manhã, Marcus orientou seu motorista que não fosse buscá-lo em casa e não compareceu a sede do Inep ao longo do dia.

A demissão foi publicada em edição extra do Diário Oficial e foi assinada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O nome do general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército, atual chefe de gabinete no órgão, está cotado para assumir o cargo.

Entre os assuntos que amargaram os ânimos entre o ministro e o presidente do Inep, Marcus é que ele seria o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças. A medida foi revogada após polêmica. Outro nome que surgiu para a lista de demitidos e que corre nos bastidores é o de Marcelo Mendonça, assessor parlamentar do MEC. Nos próximos dias, a previsão é de que outros funcionários possam ser exonerados ou realocados.

Nesta segunda-feira (25), em mais um capítulo da confusão, a secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão após não ter sido informada sobre a medida de suspensão da avaliação da alfabetização, mesmo sendo a responsável pela área. O Secretário de Educação Profissional e Tecnológica da pasta e ex-aluno do ministro da Educação, Alexandro Ferreira de Souza assumiu a vaga e acumulará as duas funções.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC volta atrás em decisão de adiar avaliação da alfabetização Especialistas e gestores da área têm citado paralisia ou atraso em diversos programas do MEC que também tem tido várias demissões e trocas na equipe.

O Ministério da Educação anunciou nesta terça-feira (26) mais uma mudança de rumo. Ao contrário do que tinha sido divulgado na segunda-feira (25), os alunos em fase de alfabetização vão ser avaliados ainda em 2019.

Em 24 horas, duas portarias e duas decisões opostas. A desta terça foi feita para revogar a de segunda. Assim, não está mais valendo a portaria que definiu as regras do Saeb - o Sistema de Avaliação da Educação Básica - e que adiou para 2021 a avaliação das crianças do segundo ano do Ensino Fundamental, que estão em fase de alfabetização.

No documento desta terça, o ministério não disse como nem quando as provas serão aplicadas

Esse vai e vem sobre o sistema de avaliação da Educação Básica não é um caso isolado no atual Ministério da Educação. Especialistas e gestores da área têm apontado paralisia ou atraso em diversos programas do MEC, que, além de tudo, tem sido palco de várias demissões e trocas na equipe.

Na segunda-feira, foi a secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, que pediu para sair do cargo, entre outros motivos, porque não tinha sido informada das mudanças na avaliação da alfabetização.

Nas últimas semanas, outros oito profissionais deixaram postos chave no ministério, entre eles, o ex-secretário executivo da pasta Luiz Antonio Tozi, e a pessoa que iria substituí-lo, Iolene Lima, que chegou a ser anunciada, mas não foi nomeada. Ricardo Roquetti, ex-assessor direto do ministro, também caiu após ser alvo de críticas internas de aliados do governo.

A presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, Cecília Motta, falou em problemas de gestão da máquina pública.

“Acho que está acontecendo uma falta de gestão e da função do Ministério da Educação, que é cuidar que os meninos aprendam. Essa é a única função da educação, mais nenhuma. Todas são questões que não têm nada a ver com educação. Todos os debates que estão acontecendo no Brasil, no Ministério da Educação, são penduricalhos”, disse Cecília.

Programas importantes do MEC estão sem definição ou atrasados. A implementação da Base Nacional Comum Curricular, que define os conhecimentos essenciais que todo aluno deve aprender, está sendo reavaliada e pode sofrer alterações.

A reforma do Ensino Médio, aprovada no governo passado, também está sendo reavaliada. O edital do Programa Nacional do Livro Didático, que define quais livros serão comprados para o Ensino Médio, ainda não foi publicado. Também está sendo reanalisado.

O MEC confirma que está avaliando esses programas; alega que está fazendo isso para adequá-los às novas metas do ministério. Mas secretários de Educação nos estados reclamam que a demora acaba prejudicando a implantação dos projetos

“Quando o governo federal demora um pouquinho para elaborar e divulgar essas

medidas, ou essas políticas públicas, nós acabamos ficando em descompasso e acho que, sim, existe aí uma ansiedade, uma preocupação de que essas políticas sejam logo elaboradas e liberadas para toda comunidade”, disse Marcelo Ferreira da Costa, secretário de Educação de Goiânia.

O Ministério da Educação negou que a implementação da Base Nacional Comum Curricular esteja paralisada e afirmou que já está discutindo o novo edital para o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio.

E na noite desta terça-feira, o ministério teve mais uma baixa. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Marcus Vinicius Rodrigues, pediu demissão. Ele foi responsável pela portaria de segunda-feira que adiou a avaliação da alfabetização.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após ser demitido, ex-presidente do Inep diz que não há comunicação dentro do MEC

Marcus Vinicius Rodrigues afirma que não houve nenhuma reunião de trabalho com o ministro da Educação em três meses. Pasta não se pronunciou.

Marcus Vinicius Rodrigues, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi exonerado do cargo na última terça-feira (26). Em entrevista ao Bom Dia Brasil, ele afirmou que não há comunicação dentro do Ministério da Educação (MEC).

Na segunda-feira (25), Rodrigues assinou uma portaria sobre as novas regras do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Segundo o documento, a avaliação da alfabetização de crianças não seria feita na edição de 2019. Horas depois da publicação no Diário Oficial da União, o Inep afirmou que esse teste só seria aplicado em 2021.

Depois de gerar polêmica, a portaria foi anulada no dia seguinte, pelo ministro da Educação, Ricardo Veléz Rodríguez. Ainda não foi divulgado o novo documento com as regras do Saeb.

O ex-presidente do Inep diz que assinou a portaria com respaldo do secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim. Um documento mostra que, de fato, Nadalim havia feito a recomendação para que a alfabetização não fosse avaliada em 2019:

Marcus Vinicius Rodrigues aponta que não há diálogo entre os membros da pasta. "Foi um processo muito ruim, que mostrou a incompetência gerencial muito grande", disse. Ele também declarou que, em três meses de governo, não houve nenhuma reunião de trabalho com o ministro da Educação.

Procurado pelo G1, o MEC não se pronunciou até o momento.

Perfil de Rodrigues

Marcus Vinicius Rodrigues é ex-professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e tem doutorado em engenharia. Ele estava no cargo desde 22 de janeiro e comandava o órgão do MEC responsável por exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Logo após a posse, defendeu a revisão do banco de questões do exame, criticou

"ideologias e crenças inadequadas" dentro das escolas e defendeu a ação dos militares no golpe de 1964.

Demissões e polêmicas

A demissão de Rodrigues é a mais recente em uma série de mudanças nos cargos do alto escalão do MEC. Ela se soma a outras polêmicas que envolvem a área da educação no governo. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez está no centro de uma crise política e de uma "guerra interna", conforme afirma o colunista do G1 Valdo Cruz. Recentemente, o vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, disse que o MEC precisava de um "freio de arrumação".

A portaria que adiava a avaliação de alfabetização levou à demissão da engenheira e professora Tania Leme de Almeida do cargo de secretária de Educação Básica do Ministério da Educação. Em sua despedida, ela disse que seu pedido de demissão é o "preço que paga" em sua luta por uma educação de qualidade.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica

Alexandro Ferreira de Souza é secretário de Educação Profissional e Tecnológica e irá acumular nova função

Ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu nesta terça-feira (26/3) a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de avaliação. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a "interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis". Na manhã desta terça, o Ministério da Educação (MEC) voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho "A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia". Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica

Alexandro de Souza é filósofo e assume cargo após Tânia Almeida se demitir por medida sobre alfabetização de crianças

Ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu nesta terça-feira, 26, a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de avaliação. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a "interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis". Na manhã desta terça, o Ministério da Educação (MEC) voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho “A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia”. Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

General deve assumir presidência do Inep

Francisco Mamede Filho pode assumir no lugar de Marcus Vinicius Rodrigues, demitido após suspender avaliação do MEC sobre crianças

O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ser o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ele atualmente é o chefe de gabinete no órgão. O general entraria no lugar do engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que foi demitido ontem pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O ex-presidente do Inep foi o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças, revelada ontem pelo Estado. A medida foi revogada nesta terça-feira. A exoneração dele, no entanto, ainda não foi publicada.

O Inep é considerado a autarquia mais importante do MEC porque é responsável pelas avaliações, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e por todos os dados da educação brasileira.

Brito Filho é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

Ele é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França. Tem experiência na área de Defesa e atuou em planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Militar deve ser o novo presidente do Inep

O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ser o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ele atualmente é o chefe de gabinete no órgão. O general entraria no lugar do engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que foi demitido ontem pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O ex-presidente do Inep foi o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças, revelada ontem pelo Estado. A medida foi revogada nesta terça-feira. A exoneração dele, no entanto, ainda não foi

publicada.

O Inep é considerado a autarquia mais importante do MEC porque é responsável pelas avaliações, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e por todos os dados da educação brasileira.

Brito Filho é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

Ele é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França. Tem experiência na área de Defesa e atuou em planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez Rodríguez assume a Secretaria de Educação Básica do MEC
Alexandro Ferreira de Souza substitui Tânia Almeida, que pediu demissão por discordar de suspensão de avaliação pela pasta; militar será presidente do Inep
Ex-aluno do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu nesta terça-feira, 26, a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de alfabetização. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a “interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis”. Na manhã desta terça, o Ministério da Educação (MEC) voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho “A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia”. Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

Inep

O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ser o novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ele atualmente é o chefe de gabinete no órgão. O general entraria no lugar do engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que foi demitido na segunda-feira 25 pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O ex-presidente do Inep foi o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças. A exoneração dele, no entanto, ainda não foi publicada.

O Inep é considerado a autarquia mais importante do MEC porque é responsável pelas avaliações, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e por todos os dados da educação brasileira.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Veléz Rodríguez demite presidente do Inep

Após polêmica sobre exames para avaliação da alfabetização, Marcus Vinicius Rodrigues deixa o cargo

Após a polêmica sobre a suspensão de exames para avaliação da alfabetização de crianças de 7 anos, o Ministro da Educação Ricardo Veléz Rodríguez anunciou nesta terça-feira (26) a demissão do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Marcus Vinicius Rodrigues.

Na noite de segunda-feira (25), a Secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, pediu demissão por não ter sido informada sobre a mudança na avaliação. Na manhã desta terça, o MEC voltou atrás na decisão e os alunos devem ser avaliados em outubro.

O próprio ministro foi surpreendido pela notícia e repercussão do caso. Veléz não teria sido notificado pelo presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, sobre as mudanças.

Rodrigues é ex-professor da Fundação Getúlio Vargas e professor convidado do Instituto Universitário de Lisboa.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica

Alexandro Ferreira de Souza assume a pasta e acumula função de Secretário de Educação Profissional e Tecnológica no MEC

Ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu nesta terça-feira (26), a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de avaliação. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a "interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis". Na manhã desta terça, o Ministério da Educação (MEC) voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Veléz Rodríguez demite presidente do Inep

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho "A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia". Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

General do Exército deve ser o novo presidente do Inep

Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Estudantes podem se inscrever para bolsas remanescentes do ProUni

Prazo para alunos já matriculados vai até 30 de abril, enquanto para os não matriculados é até a próxima sexta-feira (29)

As inscrições para as bolsas remanescentes do ProUni (Programa Universidade para Todos) referentes ao primeiro semestre de 2019 estão abertas e devem ser feitas pela internet. O programa oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em cursos na graduação de instituições privadas de educação superior.

Os alunos já matriculados nas instituições de ensino superior podem se inscrever até 30 de abril. Já para os estudantes não matriculados, o prazo é menor e vai até a próxima sexta-feira, 29 de março.

As bolsas integrais são para estudantes com renda familiar bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo, enquanto as parciais são para quem tem renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos por pessoa.

Podem concorrer, o candidato deve ser brasileiro, sem diploma de curso superior. Outro requisito é ter participado de qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com nota superior a 450 pontos e que não tenha zerado a prova de redação. A exceção para essa regra são professores da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica que queiram se candidatar a bolsa em cursos de licenciatura, este não precisam ter participado do Enem.

Remanescentes

Diferentemente do processo seletivo regular, nesta etapa não há chamadas nem nota de corte diária e a ocupação das bolsas é feita por ordem de inscrição. Ao concluir a inscrição, a bolsa automaticamente é reservada ao candidato, assegurando a expectativa de direito à bolsa. Para confirmar a ocupação, o candidato deve comparecer à instituição de ensino em até dois dias úteis após a conclusão da inscrição para comprovar as informações prestadas. Caso a ocupação não seja confirmada, a bolsa volta a ficar disponível no sistema para nova inscrição.

topo 

SÓ NOTÍCIA BOA - TEMPO REAL

Vacina contra febre amarela pode combater zika, descubrem brasileiros

Pesquisadores no Rio de Janeiro descobriram que a vacina que usamos há décadas contra a febre amarela pode proteger contra a zika.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares, exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

O médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – um dos coordenadores de estudo divulgado nesta segunda-feira, 25 – disse à Época: “Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório e reduziu a carga do vírus no cérebro, prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, disse Jerson Lima Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus.

A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela.

“Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ.

O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

Os testes

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva.

Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções.

Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A doença

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil – até então considerada inofensiva – era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas.

Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica

Alexandro Ferreira de Souza é secretário de Educação Profissional e Tecnológica e irá acumular nova função

Ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu nesta terça-feira, 26, a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de avaliação. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a "interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis". Na manhã desta terça, o Ministério da Educação (MEC) voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho "A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia". Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Cursos online podem ser o futuro da educação?

O advento da internet e os avanços na área da tecnologia trouxeram muitas mudanças para a área do conhecimento. O acesso à informação se tornou mais simples e prático, além de facilitar o intercâmbio, entre outras culturas e países, de aprendizados. A tendência é observada nos últimos dados do Censo, que apontam que, entre 2016 e 2017, o número de estudantes matriculados na graduação a distância no Brasil cresceu 17,6%, chegando a quase 1,8 milhão de estudantes em 2017. No ano passado, depois da publicação do decreto que regulamenta a modalidade, o número de polos de ensino a distância (EAD) autorizados no país cresceu 133% e chegou a 15.394, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). Antes da regra, eram 6.583. O resultado é a capilarização do EAD no país.

Não é só no número de matrículas do ensino superior que este aumento foi percebido. Uma pesquisa do Conectaí Express, uma iniciativa do IBOPE, realizada em junho de 2017 com dois mil internautas, mostrou que os cursos livres lideram a preferência dos cursos online: do total de entrevistados que já fizeram algum curso online, 56% realizou cursos livres.

O gerente nacional de operações da Blackboard, Pavlos Dias, destacou características do aluno EAD como: senso mais apurado de urgência, organização, capacidade de resolução de problemas, versatilidade e autonomia. A informação é complementada com dados do Censo de 2017/2018 da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que destacou que como a maioria dos matriculados em cursos a distância trabalha e estuda, a modalidade reflete o esforço para a constante atualização profissional, mesmo em face de desafios.

O coach Felipe Marx, CEO da Super Boss Inteligência Socioemocional e coach facilitador da Alta Performance Pessoal, sustenta que mais pessoas estão buscando treinamentos pessoais. O próprio profissional revela ter adquirido conhecimento com especialistas de outros países sem nem precisar ter saído de casa. Em 2013, ele observou a nova tendência e criou um canal numa plataforma de vídeos para compartilhar conhecimento sobre nossos aspectos emocionais, mentais, físicos e espirituais. Seis anos depois, ele já ajudou mais de 550 mil brasileiros pelas redes sociais e treinaram cerca de 10 mil alunos.

"São inúmeras as vantagens de um curso online, o internauta pode escolher quando e onde vai assistir às aulas, não precisa se deslocar, os custos são reduzidos, ele pode interromper a aula e voltar a assistir a qualquer momento e o material pode ser consultado a quando ele quiser", analisa Felipe.

Entre os 10 mil alunos de Marx, 3.109 alunos realizaram seu intensivo online de inteligência emocional, O Protagonista, que busca expandir a percepção, diminuir a ansiedade e trazer o bem-estar interno do aluno através do equilíbrio entre mente, corpo e emoções, que possuem impacto direto nos resultados da vida social e profissional.

"Num filme, é o protagonista que define os rumos da obra cinematográfica. Hoje, a

maioria das pessoas atua apenas como espectadora, vive acidentalmente ao invés de conscientemente. Não entendem que têm o poder de ser menos impulsivas e escolher seu próprio destino, tendo um real controle sobre a experiência interna de cada momento", diz o coach.

Marx ainda chama atenção para o fato de que existem poucas opções voltadas exclusivamente para o público masculino. Por isso, O Protagonista é voltado para homens.

"Meu direcionamento é para o público masculino porque a maioria dos homens têm muitas crenças limitantes, que os tornam emocionalmente reativos e sem criatividade, e proporcionalmente, envenena todos os relacionamentos que tentam criar. Mas a mente masculina pode sim atingir seu potencial máximo, se o domínio dos pensamentos e dos sentimentos for uma realidade.", aprofunda o profissional.

Com 42 horas, em cerca de 7 semanas de aulas práticas e interativas, o Protagonista tem acesso ilimitado por tempo indeterminado por meio de uma plataforma virtual que armazena todos os conteúdos e um aplicativo próprio exclusivo para alunos. Uma biblioteca virtual que complementa o treinamento é disponibilizada para os alunos. Além disso são criados grupos de WhatsApp para realização de atividades colaborativas e para a interação entre os alunos. Videoconferências ao também permitem que os inscritos interajam com o professor.

"O curso mescla teoria, prática, estratégias, ferramentas e exercícios, além de estudos de caso. Todas as aulas são online. O treinamento nunca vai ficar desatualizado porque aborda princípios atemporais para o domínio da mente, do corpo e das emoções, com foco em impactar positivamente os resultados sociais e profissionais do aluno".

O Protagonista também ajuda os alunos a aprenderem a controlar a ansiedade, socializar, organizar a vida diária, desacelerar os pensamentos e se conectar com sua verdadeira essência e propósito.

"O treinamento me ajudou a encontrar minha verdadeira identidade e transformou a maneira como eu lido comigo mesmo. Hoje, conheço minhas fraquezas, meus pontos fortes e ainda consigo socializar", revela o aluno Alan Patrick, de 23 anos.

Website: <http://sou.superboss.com.br/protagonista>

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

CNE diz que não tem competência para fixar valores de custo por aluno

O Conselho Nacional de Educação (CNE) se declarou incompetente "para definir o valor financeiro e precificação do Custo Aluno Qualidade Inicial [CAQi]". A atribuição foi estabelecida há nove anos pelo próprio CNE, em decisão de sua Câmara de Educação Básica, mas nunca foi efetivada.

O CAQi definiria quanto o país deveria investir no mínimo por aluno ao ano nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio das redes públicas de todo o território, em regra, vinculadas às prefeituras municipais ou aos governos estaduais.

"Não é competência [do CNE] estabelecer valores financeiros. Isso seria

inconstitucional. Não sabemos quais são as fontes orçamentárias para que estados, municípios e mesmo a União possam cumprir o que está definido", disse a relatora do parecer no CNE, Maria Helena de Castro, ex-secretária-executiva do Ministério da Educação.

O parecer foi apresentado hoje (26) em reunião extraordinária na sede do CNE em Brasília e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes integrantes da Câmara de Educação Básica. Segundo Maria Helena, o conselho não tem meios para estabelecer os valores do CAQi, assim como do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). "Não dispomos nem das fontes de receita e nem de acesso às informações orçamentárias do planejamento educacional".

Além da falta de informações sobre a disponibilidades de recursos, a relatora ressalta que o estabelecimento de valores depende de condições locais. "Qual o número de alunos por sala de aula que vai valer desde o interior do Pará e da Amazônia até o Rio Grande do Sul?", pergunta "Isso é muito difícil de ser feito porque o Brasil é muito grande e muito desigual", assinala.

De acordo com Maria Helena de Castro, também é necessário que o Congresso Nacional aprove lei complementar prevista no Artigo nº 23 da Constituição Federal que prevê a fixação de "normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional".

Críticas

A decisão foi criticada em "resposta pública" da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entidade da sociedade civil que na década passada articulou a criação do CAQ e do CAQi.

Para o cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha, o CNE "se eximiu de obrigações", previstas no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Cara acrescenta que o CNE tomou a decisão para "sair da responsabilidade solidária que tem em diversas ações judiciais que determinam transferências de recursos para estados e municípios".